DISCURSO OFICIAL PROFERIDO PELO VEREADOR *ALMIR MACHADO DE AMORIM*, REPRESENTANDO A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO, QUANDO DA PROMULGAÇÃO DE SUA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Senhores e Senhoras

Agradeço feliz o convite deste Poder Legislativo, ao convidar-me como orador oficial para representar os meus colegas.

Senhores, breves palavras direi, porque nem em muitas, eu conseguiria expressar em nome dos vereadores desta Casa, o agradecimento sincero pela presença de cada um dos senhores. Não é possível sufocar as emoções violentas que agitam alma, é míster dar uma passagem à chama que se acende em meu peito.

Já falava Lair Ribeiro: "O amanhecer só vem depois da noite toda ter passado, tudo tem seu momento certo". Hoje, 22 de maio de 1993, neste instante certo no Clube Nacional, concretiza-se mais um marco histórico-político-social na vida de nós, Lagoenses do Carro. E porque um marco histórico? Indagariam alguns dos senhores, lhes diria então, por que este Poder Legislativo está promulgando a Lei Orgânica dos Munícipes desta terra. E como toda Lei é feita para vigorar, esta passa a vigorar a partir desta data, revogadas as disposições em contrário. Nosso objetivo foi acima de tudo, promover a melhoria da qualidade de vida dessa população. Acreditamos ter havido a relação Câmara-Povo, onde foram aceitas suas sugestões "na crença de que" é preciso avançar, evoluir, aumentar a nossa dimensão e a nossa importância como cidadão, no projeto brasileiro de desenvolvimento, e certos estamos de que o nosso futuro partirá de nós com o auxílio das decisões oficiais.

A vigência de uma Lei, senhores, é "a disponibilidade da norma jurídica, é a sua dimensão no tempo. É a maneira pela qual são fixadas "as datas para a entrada em vigor das leis. A vigência de um direito, esclarece Stammler - "É a

possibilidade de sua atuação". Assim posso dizer que toda Lei escrita é a concretização do direito. Por incrível que pareça, o Brasil é o País que mais fabrica leis, talvez para agradar alguém, talvez para atender aos anseios de uma "classe elitizada ou talvez para os desfavorecidos não serem injustiçados em sua dignidade, se esta ressalva é verdadeira, a prática apresenta-se de outra forma, o que importa a alguns é que a lei pode ser ineficiente, mas ela pressiona. Não é atoa que se cita a frase de Bismarck: "se o povo soubesse como são feitas as salsichas e as lei, não dormiria tranqüilo" .

Senhores, não podemos conceber esta Lei Orgânica, como uma obra perfeita, acabada e permanente. Ela poderá ter suas falhas que de futuro poderão ser revistas. Roberto Prost já dizia: "Nada que é dourado permanece, o primeiro verde da natureza é ouro, a sua matriz mais efêmera. A sua primeira folha, uma flôr, mas só por uma hora. Daí, folha sedimenta sobre folha. O Édem mergulha em tristeza, A alvorada termina hoje. Mas, nada que é dourado permanece".

Lagoenses do Carro.

Esta pequena Constituição Municipal traduz as nossas perspectivas, traduz a nossa mira naquilo que poderá trazer mais saber, mais poder e mais compromisso com a transformação da sociedade brasileira, sociedade esta, corrida pela fome e pela miséria, pela insegurança e pela repressão, pela demagogia e pela tirania, mas também senhores, pelo democracismo, na medida que explicita o nosso desejo "em fazer brilhar a nossa estrela, estrela de esperança no saber repartido e comprometido com todos, no poder que seja democraticamente distribuído, que vise o compromisso do bem comum, porque a igualdade é o fundamento da "democracia."

Este nosso mundo no século XX, é muito mais interdependente do que os séculos anteriores, e a liberdade precisa ser encontrada no contexto da comunidade econômica e no valor social do trabalho, não no empreendimento isolado. O grande Presidente da República que foi Getúlio Vargas dizia: "Vejo os trabalhadores curvados ao esforço cotidiano sem lobrigar os dons de uma justa recompensa. Contemplo os lares privados de conforto e as almas despovoadas de esperanças". Todos nós almejamos e propomos simplesmente, que nosso ideal sócio-econômico seja, que a sociedade dê a cada um, o máximo de oportunidades para realizar-se, desenvolver o uso de suas potencialidades e de trabalhar como um ser humano digno em intercâmbio com seus semelhantes. Assim, ilustres ouvintes, necessário se faz, em dedicarmos a ideais mais positivos, sobretudo, à construção de uma sociedade baseada num genuíno respeito da pessoa humana e de sua liberdade. Liberdade que significa abertura, disposição para evoluir, ser flexível e pronto para mudar, em vista de mais importantes valores humanos.

Exmo. Sr. Prefeito Antônio Carlos Guerra Barreto:

O colocar em prática do conjunto dos elementos estruturais de nossa Lei Orgânica, sua composição geográfica, política, social, econômica, jurídica e administrativa, não será somente um desafio para V.Ex.a., que representa o Poder Executivo Municipal, o desafio é de todos nós, povo, Prefeito e Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Quero nesse momento fazer um apelo a cada Lagoense do Carro, para que compreenda e apoie as metas e diretrizes dos poderes Executivo e Legislativo, porque se decisões são tomadas e inicialmente não são aceitas, acreditem, que estamos lutando para o bem estar dos senhores e para o desenvolvimento deste Município.

Consciente estamos, do fato de que nossas instituições não permitem que as decisões governamentais, expressem os interesses e o desejo da maioria, mas apenas os de grupos influentes no aparelho do Estado. As conseqüências desses descompasso são a perda da legitimidade e gorvernabilidade. Nenhum sistema político poderá gerar decisões que representem a vontade da população, enquanto o povo não for adequadamente informado a respeito do que está em jogo na disputa política. Isso vem a acarretar o atraso da crise política que apresenta suas dimensões: o atraso da cultura política e a inadequação das instituições. A primeira depende do esforço de muitas pessoas, na absorção das lições amargas que podem ser tiradas de experiências fracassadas, e das bens sucedidas (como o impeachment de Collor). Já a inadequação das instituições só se adquire com o tempo e o exercício da democracia.

Meus senhores:

Esta seção solene é mais uma forma de expressar-nos a crença numa nova ordem social, não individualista, mas no dever de respeitarmos a Lei Maior que é a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a nossa Constituição Municipal. O objeto, digníssimos senhores, caros ouvintes, de toda constituição política, como de toda unidade social, deve ser a conservação dos direitos do homem, do cidadão, e para que esta nossa Lei pudesse ser considerada boa, era necessário que ela se baseasse sobre os direitos do ser humano. Acreditamos ter alcançado esta meta porque nosso objetivo foi o bem coletivo, o bem social, quando da construção desta constituição popular, onde o povo tivesse vez de participação na fase de sua elaboração que hoje em seu nome a promulgamos. Daqui em diante, esta pequena Lei será a "maior do nosso Município, a qual é de vital importância para o desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural de nossa gente, de nossa terra.

Todos nós, Lagoenses do Carro, devemos somar esforços para definir um novo modelo de sociedade compatível com a nossa realidade e com as atuais circunstância históricas. O caminho que iremos percorrer, sem dúvida alguma, nos levará para a modernização das nossas estruturas, objetivando resgatar a vocação desta cidade para o crescimento e desenvolvimento, Temos a obrigação de sermos parte preponderante para exercer em plenitude, as funções de desenvolvimento nacional, que seja economicamente correto e socialmente justo.

Senhores:

Ao elaborarmos esta Carta Municipal, uma das nossas preocupações foi o ordenamento jurídico municipal e como os Constituintes da Federação Norte Americana proclamaram, também nós, constituintes de Lagoa do Carro proclamamos ao dizer: "Que aos homens conferiu o Criador, certo direitos inalienáveis, entre os

quais, o Direito à Vida, à Liberdade e o de procurar a própria felicidade". Para a segurança e praticidade desses direitos, se constituíram entre os homens, governos, cujos justos poderes emanam do consentimento dos governados, onde os princípios básicos e organização de poderes, obedeçam as normas que lhes parecem mais próprias, para promover a segurança e a felicidade geral.

Por fim, senhores e amigos, digo-vos que quanto mais tolerantes, mais forte é uma democracia, onde cada qual possa mover-se nas estradas do progresso, com suas opções próprias, suas adversidades e tendências individuais.

Repito e repetirei sempre que, a vontade do povo é a vontade que deve predominar em qualquer democracia, porque sem opinião pública não há e nem pode existir democracia, haja vista, que todo governo é e deve ser a imagem do povo. Nenhuma pessoa livre se sente segura da liberdade em sua Pátria, se ela não tem uma opinião pública apaixonada pela discussão de todos os assuntos, que possam se relacionar com a conduta. Só assim o povo tem o sentido de soberania com vontade de exercê-la, não havendo perigo de romper-se a ordem jurídica, tendo-se uma sociedade na qual se encontram inseparáveis *expontaneidade* e *disciplina*, *povo* e *elite*, *cultura* e *liberdade*.

Lagoa do Carro, em 22 de Maio de 1993
ALMIR MACHADO DE AMORIM
Vereador

VEREADORES CONSTITUINTES

- Adelson Barbosa do Rego
- Almir Machado de Amorim
- Antonio Francisco de Oliveira
- Cícero Antonio da Silva
- Creuza Maria Botêlho
- José Barbosa da Cruz
- José Correia de Melo Neto
- Maria Luíza Falcão de Andrade
- Valdecí José da Silva

MESA DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE MUNICIPAL

Presidente	-	Maria Luíza Falcão de Andrade
1° Secretário	-	Cícero Antonio da Silva
2° Secretário	-	Adelson Barbosa do Rego

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Presidente	-	Almir Machado de Amorim
Relator	-	Cícero Antonio da Silva
Membro	-	José Barbosa da Cruz

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Adelson Barbosa do Rego
Almir Machado de Amorim
Antonio Francisco de Oliveira
Cícero Antonio da Silva
Maria Luíza Falcão de Andrade

COMISSÃO TEMÁTICA

Creuza Maria Botelho
José Correia de Melo Neto
José Barbosa da Cruz
Valdecí José da Silva

Índice Geral

Preâmbulo:

Titulo I
Dos Princípios Fundamentais

Título II
Da Organização do Município e Seus poderes

Capítulo I
Das Disposições Gerais
Da Competência do Município

Capítulo II
Do Poder Legislativo

Seção I
Disposições Preliminares

Seção II
Das Atribuições do Poder Legislativo

Seção III
Dos Vereadores

Seção IV
Do Processo Legislativo

Seção V
Da Emenda a Lei Orgânica Municipal

Seção VI
Das Leis

Seção VII
Dos Decretos Legislativos e Das Resoluções

Seção VIII
Da Fiscalização Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Seção IX
Das Comissões

Seção X
Da Remuneração do Prefeito, Do Vice-Prefeito e Dos Vereadores

Capítulo III
Do Poder Executivo Municipal

Seção I
Do Prefeito e Do Vice-Prefeito
Seção II
Das Atribuições do Prefeito

Seção III
Das Responsabilidades do Prefeito

Seção IV
Do Vice-Prefeito

Seção V
Da Perda e Extinção do Mandato

Seção VI
Dos Secretários e Diretores Municipais

Título III
Da Administração Pública Municipal

Capítulo I
Dos Princípios da Administração Pública Municipal

Seção I
Da Transição Administrativa

Capítulo II
Dos Servidores Públicos Municipais

Capítulo III
Dos Atos Administrativos

Capítulo IV
Dos Bens do Município

Capítulo V
Das Obras e Serviços Municipais

Título IV
Do Sistema Tributário Municipal

Capítulo I
Dos Princípios Gerais

Seção I
Das Limitações do Poder de Tributar

Seção II
Dos Impostos Municipais

Seção III
Das Receitas Tributárias Repartidas

Seção IV
Da Redução e da Isenção

Capítulo II
Dos Orçamentos
Disposições Gerais

Seção I
Das Vedações Orçamentárias

Seção II
Das Emendas aos Projetos Orçamentários

Seção III
Da Execução Orçamentária

Título V
Da Política de Desenvolvimento Econômico

Capítulo I
Da Ordem Econômica

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Capítulo II
Da Política Urbana

Capítulo III
Da Política Rural

Capítulo IV
Da Política Agrícola e Fundiária

Capítulo V
Dos Transportes
Título VI
Da Política de Desenvolvimento Social

Capítulo I
Da Ordem Social

Capítulo II
Da Saúde

Capítulo III
Da Educação e da Cultura

Capítulo IV
Do Desporto e do Lazer
Capítulo V
Do Meio Ambiente

Capítulo VI
Da Família, do Deficiente, da Criança e do Idoso

Título VII
Ato das Disposições Finais e Transitória

PREÂMBULO

*SOB A PROTEÇÃO DE **DEUS**, NÓS, REPRESENTANTES DO POVO LAGOENSE DO CARRO, COM OS PODERES CONSTITUINTES OUTORGADOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, IMBUÍDOS DOS FIRMES PROPÓSITOS DE PROMOVER O AJUSTAMENTO DA SOCIEDADE JUSTA E HUMANA, OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE, DA IGUALDADE E DA FRATERNIDADE, COM O FIM PRECÍPUO DE ASSEGURAR O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA, DA SEGURANÇA, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DA IGUALDADE ENTRE OS CIDADÃOS QUE HABITAM ESTA CIDADE, FUNDADOS NOS IDEAIS DE PROSPERIDADE E GRANDEZA DESTE POVO, DECRETAMOS E PROMULGAMOS SOB A VONTADE SOBERANA DO SEU POVO, A SEGUINTE LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, ESTADO DE PERNAMBUCO.*

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1. - O Município de Lagoa do Carro, criado pela Lei Estadual nº 10619, de 01 de outubro de 1991, é uma das Unidades do Território do Estado de Pernambuco, com quem mantém união indissolúvel juntamente com a República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de governo local, objetiva na sua área territorial o seu desenvolvimento, na construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais, do trabalho da livre iniciativa e pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes, pelos seus representantes eleitos e diretamente nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição Estadual e Federal.

§ Único - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, representado pelo Prefeito Municipal, e o Legislativo, representado pela Câmara do Município.

Art. 2. - A ação do Município de Lagoa do Carro abrange todo o seu território, sem privilegiar povoados, vilas, bairros ou regiões urbanas ou rurais, promovendo a redução de desigualdades regionais e sociais, oferecendo o bem-estar a todos os munícipes, sem qualquer preconceito de origem, raça, idade, cor, sexo ou quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 3. - O Município poderá associar-se a outros Municípios, mediante convênios, para a prestação de serviços comuns ou execução de obras de interesse público comum.

§ Único - O Território do Município de Lagoa do Carro atualmente é constituído de um só distrito, podendo, entretanto, ser criados outros, organizados e extintos através de consulta plebiscitária, conforme Lei Municipal, observada a Legislação Estadual.

Art. 4. - São símbolos do Município de Lagoa do Carro a Bandeira, o Brasão e o Hino Nacional Brasileiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E SEUS PODERES

Art. 5. - O Município de Lagoa do Carro, Unidade Territorial do Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1. - O Município tem a sua sede na Cidade de Lagoa do Carro.

§ 2. - Os limites territoriais do Município só serão alterados na forma da Lei Complementar Estadual, preservando a continuidade e a Unidade Histórico-Cultural, dependente da consulta prévia às comunidades diretamente interessadas mediante plebiscito.

§ 3. - No dia 01 de outubro é comemorado o aniversário de Sua Emancipação Política.

Art. 6. - É vedado ao Município:

I - Estabelecer culto religioso ou igreja, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relação de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse Público.

II - Recusar fé aos documentos públicos.

III - Criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 7. - Ao Município compete provar a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outros, as seguintes atribuições:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local.

II - Suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber.

III - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

IV - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual.

V - Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

a) - Transporte coletivo, que terá caráter essencial.

b) - Manter a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar de ensino fundamental e profissionalizante.

c) - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

d) - Promover, sempre com vistas aos interesses urbanísticos, o ordenamento de seu território,

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

estabelecendo normas para edificação, loteamento e arruamento, bem como zoneamento urbano.

e) - Instituir a Guarda Municipal , destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações, bem como zelar por aquilo que lhe originou o nome, conforme dispuser a lei..

f) - Emendar esta Lei Orgânica, que dependerá de prévia avaliação e autorização Legislativa.

g) - Abastecimento de água e esgotos sanitários.

h) - Mercados, feiras e matadouros locais.

i) - Cemitérios e serviços funerários.

j) - Iluminação pública em toda a sua circunscrição.

l) - Limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo em local que não prejudique a comunidade.

m) - Promover programas de construção de casas populares e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

n) - Fomentar as atividades econômicas como a criação de uma Cooperativa de Tapeçaria Artezanal e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento social.

VI - Promover a Cultura e a recreação, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais, divulgando a valorização e a difusão de tais manifestações.

VII - Realizar serviços de Assistência social diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixados em Lei Municipal

VIII - Promover programa de apoio às práticas desportivas.

IX - Estruturar programas de alfabetização.

X - Realizar atividades de defesa civil em coordenação com a União e o Estado.

XI - Executar obras de:

a) - abertura, pavimentação e conservação de vias.

b) - drenagem pluvial.

c) - construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortas.

d) - construção e conservação de estradas vicinais.

e) - construção e conservação de prédios públicos municipais.

XII - Fixar:

a) - tarifas de serviços públicos, inclusive dos serviços de transporte coletivo.

b) - horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços.

XIII - Sinalizar as vias públicas, urbanas e rurais, estabelecendo e implantando a política de educação para sua segurança.

XIV - Regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos.

XV - Conceder licença para:

a) - localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de

serviços.

b) - exercício de comércio eventual ou ambulante.

c) - realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais.

d) - afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda.

e) - novas linhas de transporte coletivo no Município.

XVI - Elaborar o orçamento anual, plurianual e as diretrizes orçamentárias, prevendo a receita e fixando a despesa com base em planejamento adequado.

XVII - Organizar os seus quadros funcionais e estabelecer o regime jurídico único de seus servidores.

XVIII - Adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade ou utilidade pública e de interesse social.

XIX - Estabelecer normas sobre depósitos e vendas de animais e mercadorias apreendidas em decorrência ou transgressão de norma municipal.

XX - Organizar programas de proteção ao consumidor.

XXI - Elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

XXII - Legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades para a administração pública municipal direta ou indiretamente, inclusive as fundações públicas municipais e de empresas sob o seu controle, respeitadas as normas gerais da Legislação Federal.

Art. 8. - Compete ao Município, concomitantemente com a União e o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição da União, do Estado e da Lei Orgânica do Município, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

II - cuidar da saúde, higiene e assistência social, segurança pública, assim como pela proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e espiritual, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, bem como a fauna, a flora e os rios do Município.

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico, cultural e espiritual.

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

VI - proteger o meio-ambiente e combater qualquer tipo de poluição em todas as suas formas.

VII - garantir a conservação da natureza e a defesa do solo e dos recursos minerais.

VIII - promover programas de construção de casa populares e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

IX - combater as causas da pobreza e dos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

XI - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar do Município.

XII - fiscalizar, incentivar e planejar a atividade econômica do Município.

XIII - apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo.

XIV - dispensar às micro-empresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio da lei.

XV - proteger a juventude contra todos os fatores que possam conduzi-la ao vício de qualquer natureza, ao abandono físico, moral e intelectual.

XVI - executar política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes gerais, fixadas em lei, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das vilas e dos povoados e garantir o bem-estar de seus habitantes.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9. - A Câmara Municipal será constituída de vereadores, legítimos representantes do povo, eleitos através do sistema proporcional, dentre os cidadãos maiores de 18 (dezoito anos), em toda a circunscrição do Município, no uso de seus direitos políticos, pelo voto direto e secreto, para uma legislatura de 04 (quatro anos).

§ 1. - A eleição dos Vereadores se dá até 90 (noventa) dias do término do mandato, em pleno direito e simultâneo aos demais Municípios.

§ 2. - O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal, até o final do período Legislativo que anteceder as eleições.

§ 3. - A Mesa da Câmara remeterá ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após a sua edição, cópia do Decreto Legislativo, de que trata o parágrafo anterior.

Art. 10 - A Câmara Municipal reunir-se-á dia 01 de janeiro da Legislatura, para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, e eleger a Mesa Diretora da Câmara para um mandato de 02 (dois anos), vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 11 - A posse dos Vereadores para cada Legislatura dar-se-á no dia 1 (primeiro) de janeiro do ano seguinte à eleição, às 19 (dezenove) horas, sob a presidência do Vereador mais votado, e assim sucessivamente.

§ 1. - Os Vereadores tomarão posse, cabendo ao Presidente e demais Vereadores prestarem o seguinte compromisso.

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A DESTE ESTADO E A LEI ORGÂNICA DESTE MUNICÍPIO, OBSERVAR E RESPEITAR AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DE LEALDADE, BRAVURA E PATRIOTISMO DO POVO PERNAMBUCANO."

§ 2. - A Câmara Municipal em ato contínuo dará posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, prestando ambos, o compromisso referido no parágrafo anterior.

§ 3. - Ato contínuo, havendo maioria absoluta, elegerão na forma regimental a mesa da Câmara e comporão as comissões.

§ 4. - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no "caput" deste artigo, deverá fazê-lo perante o Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

nos 10 (dez) dias seguintes, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de extinção do mandato.

Art. 12. - A Mesa da Câmara Municipal será composta do Presidente, do Primeiro e Segundo Secretários.

§ 1. - O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo.

§ 2. - A eleição para a renovação da Mesa realizar-se-á na última sessão ordinária do segundo ano legislativo.

§ 3. - As competências e as atribuições dos membros da Mesa e a forma de substituição serão definidas no Regimento Interno.

§ 4. - Qualquer membro da Mesa poderá ser destituído pelo voto de dois terços dos membros da Câmara e afastado pela maioria absoluta, com direito a ampla defesa, prevista regimentalmente, quando praticar ato contra expressa determinação da Lei ou do Regimento Interno ou omitir-se da prática daqueles atos de sua competência.

Art. 13 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente no dia 1º (primeiro) de fevereiro a 30 (trinta) de maio e de 1º (primeiro) de agosto a 30 (trinta) de novembro.

Parágrafo Único - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o 1º (primeiro) dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Art. 14. - É da competência da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, exceto o que lhe compete, legislar sobre todas as matérias do Município, especialmente sobre:

I - Assunto de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e Estadual.

II - Sistema Tributário Municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas.

III - O orçamento Anual e o Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a abertura de Créditos Suplementares e Especiais.

IV - Fixação e modificação do efetivo da guarda municipal.

V - Planos e programas municipais de desenvolvimento e expansão urbana.

VI - Bens de domínio do Município.

VII - Transferência temporária da Saúde do Governo Municipal.

VIII - Obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento.

IX - Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais, bem como dos vencimentos, inclusive os do Poder Legislativo.

X - Organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal.

XI - Normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

XII - Normatização da iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, de vilas ou de bairros, através de

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado.

XIII - Criação, organização e supressão de Distritos, observada a Legislação Estadual.

XIV - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e Órgãos da Administração Pública.

XV - Criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais.

XVI - Plano anual e concessão de auxílios e subvenções.

XVII - Concessão e permissão de serviços públicos.

XVIII - Concessão de direito real e administrativo de uso de bens municipais.

XIX - Normas gerais sobre alienação, concessão, permuta, arrecadamento ou aquisição de bens públicos.

XX - Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana.

XXI - Convênio com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios.

XXII - Delimitação do perímetro urbano e estabelecimentos de normas urbanísticas.

XXIII - Zoneamento urbano.

XXIV - Denominação de nomes próprios, vias e logradouros públicos.

XXV - Dívida pública municipal e meios de saná-las.

XXVI - Conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer

outra honraria e homenagem à pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município.

XXVII - Divisão territorial do Município, respeitada a Legislação Federal e Estadual.

Art. 15 - Compete exclusivamente à Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica:

I - eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma regimental da Lei Orgânica e do seu Regimento Interno.

II - elaborar o Regimento Interno.

III - resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretam encargo ou compromisso gravosos ao Patrimônio Municipal.

IV - autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder 15 (quinze dias).

V - sustar os atos normativos do Executivo que exorbitam o Poder Regulamentar ou os limites da delegação Legislativa.

VI - fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito em cada Legislatura.

VII - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos Planos de Governo.

VIII - proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentada à Câmara Municipal até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano.

IX - fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os de administração indireta.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

X - zelar pela preservação de sua competência legislativa, em face da atribuição normativa do Poder Executivo.

XI - apreciar os atos de concessão ou permissão e os de renovação de serviços de transporte coletivo.

XII - representar ao Ministério Público por 2/3 (dois terços) dos seus membros, a instalação de processo contra o Prefeito e o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais pela prática de crime contra a Administração Pública que tomar conhecimento.

XIII - aprovar previamente, por voto secreto, após arquivação pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Art. 16 - A Câmara Municipal, pelo seu Presidente, bem como qualquer de suas Comissões, pode convocar Secretários Municipais para, no prazo de 08 (oito) dias, pessoalmente, prestar informações sobre assuntos previamente determinados, importando em crime contra a Administração Pública a ausência sem justificativa adequada ou a prestação de informações falsas

§ 1. - Os Secretários Municipais podem comparecer à Câmara Municipal ou a qualquer de suas Comissões, por suas iniciativas e mediante entendimentos com o Presidente respectivo, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 2. - A Mesa da Câmara Municipal pode encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários Municipais, importando em crime contra a Administração Pública se recusar o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como, a prestação de informações falsas.

Art. 17 - Conceder licença e receber renúncia do Prefeito, Vice-Prefeito e de Vereador.

Art. 18 - Autorizar por 2/3 (dois terços) de seus membros, contra o Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais.

Art. 19 - Julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito nos crimes de responsabilidade e os Secretários Municipais nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

Art. 20 - Emendar a Lei Orgânica, expedir Decretos Legislativos, Resoluções e apreciar votos.

Art. 21 - Suspender, no prazo de 30 (trinta) dias, no todo ou em parte, a execução de Lei Municipal que o Tribunal de Justiça declarar, em caráter definitivo, inconstitucional, em fase desta Lei Orgânica.

Art. 22 - Ordenar a sustação de contratos impugnados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 23 - Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração.

Art. 24 - Apreciar e julgar as contas do Prefeito do Município e da Mesa da Câmara Municipal, após pareceres prévios do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 25 - Prorrogar suas sessões.

Art. 26 - Autorizar referendo e plebiscito.

Art. 27 - Conceder licença ao Vereador por motivo de doença devidamente comprovada, e para tratar de interesses particulares por prazo que não ultrapasse 30 (trinta) dias.

Art. 28 - É fixado em 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado o prazo para que os responsáveis pelos Órgãos da Administração direta e indireta, preste as informações e encaminhe os documentos requisitados pelo Poder Legislativo, na forma do disposto na presente Lei.

Parágrafo Único - O não atendimento no prazo estipulado

no "caput" deste artigo, faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário, para fazer cumprir a Legislação.

Art. 29 - Compete à Mesa da Câmara Municipal, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

I - propor ao plenário proposta de Resolução que crie, transforme e extinga cargos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais.

II - declarar a perda do mandato do Vereador, nos termos desta Lei Orgânica.

III - elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia 31 (trinta e um) de agosto, a proposta parcial do Orçamento da Câmara Municipal, para ser incluída na proposta geral do Município.

Art. 30 - A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no Ato de que resulte a sua criação.

§ 1° - Às comissões, em razão da matéria de sua competência cabem:

I - discutir e vetar projetos de lei que dispensa na forma do regimento Interno, a competência do plenário, salvo se houver recursos de (1/3) dos Membros da Câmara.

II - convocar audiências com entidades da comunidade.

III - convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições.

IV - receber petições, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais.

V - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

VI - apreciar programas e obras, planos municipais e desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 2° - Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprias para autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento interno, serão criadas mediante requerimentos de 1/3 (um terço) dos vereadores que compõem a Câmara, para apuração de fatos determinados e por prazo curto, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 31 - Na última sessão ordinária de cada período Legislativo, o Presidente da Câmara publicará a escala dos membros da Mesa e seus substitutos, que responderão pelo expediente do poder Legislativo durante o recesso seguinte.

SEÇÃO III

Dos Vereadores

Art. 32 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Parágrafo Único - os vereadores não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações, salvo o caso, quando a maioria da Câmara assim o decidir.

Art. 33 - os vereadores não podem:

I - desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município com suas autarquias, fundações públicas, sociedade de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviços públicos, salvo

quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego, remunerado, inclusive os que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse :

a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com pessoas jurídica de direito publico municipal ou nela exerça função remunerada.

b) Ocupar cargo ou função que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas pelo inciso I a.

c) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I a.

d) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 34 - Perderá o mandato o vereador:

I - que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às Instituições vigentes.

III - que deixar de comparecer, em cada sessão ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada.

IV - que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos constitucionalmente previstos.

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitado em julgado.

§1. - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regime Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos vereadores ou a percepção de vantagens indevidas.

§2. - Nos casos dos incisos I, II, III e IV a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante a provocação da mesa ou do partido político representado na casa, assegurada ampla defesa.

§3. - Nos casos previstos nos incisos, acima mencionados, a perda será declarada pela mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na casa, assegurada ampla defesa.

§4. - O Regimento Interno seguirá o processo e o afastamento preventivo do vereador cuja provocação de perda de mandato for recebida pela maioria absoluta da Câmara Municipal.

Art. 35 - Não perde o mandato o vereador:

I - investido no cargo de Secretário Municipal, Secretário de Estado ou Ministro de Estado.

II - licenciado pela Câmara por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de assunto de seu particular interesse, desde que neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§1. - O suplente, deve ser convocado em todos os casos de vaga ou licença.

§2. - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Eleitoral, a fim de serem convocadas eleições para preenchê-la, quando faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§3. - Caso o Presidente da Câmara omita-se nas providências deste artigo, o suplente de vereador ou a maioria dos vereadores, poderão recorrer à juízo, à declaração de extinção do mandato e destituição automática do Presidente omisso do cargo da Mesa, se julgada procedente a decisão judicial.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

SEÇÃO IV
Do Processo Legislativo

Art. 36 - O processo Legislativo compreende a elaboração de:

I - emenda à Lei Orgânica do Município.
II - Leis complementares
III - Leis Ordinárias
IV - Leis Delegadas
V - Medidas provisórias
VI - Decretos legislativos
VI - Resoluções

Parágrafo Único - a técnica de elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade da Lei Complementar Federal, desta Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

SEÇÃO V

Da Emenda a Lei Orgânica Municipal

Art. 37 - Esta Lei Orgânica poderá ser emendada com propostas de 1/3 (um terço), no mínimo dos membros da Câmara, do Prefeito e de iniciativa popular subscrita por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no município.

§1. - A emenda a Lei Orgânica do Município será promulgada pela mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§2. - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§3. - A proposta, após parecer escrito de todas as Comissões, será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara.
§4. - A Emenda a Lei Orgânica do Município será promulgada pela mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

Art. 38 - A Lei Orgânica poderá ser emendada no período de intervenção Estadual, do Estado de defesa ou Estado de Sítio.

SEÇÃO VI

Das Leis

Art. 39 - A iniciativa das leis complementares é ordinária, cabe a qualquer membro, Comissão ou Mesa da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadões, na forma prevista nesta Lei.

§1. - São de iniciativa privativa do Prefeito os projetos de lei que disponham sobre:

I - Criação de cargos, funções, ou empregos públicos, na administração direta ou autárquica ou aumentem a sua remuneração.
II - Serviços públicos do município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
III - Criação, estruturação e atribuições das secretarias e Órgãos de Administração Pública.
IV - Diretrizes Orçamentarias, plano plurianual orçamento anual e créditos adicionais.

§2. - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de Lei subscrito por no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, distribuído, pelo menos, em 1% (um por cento) de cada distrito.

Art. 40 - As Leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
Parágrafo Único - São leis complementares as concernentes as seguintes matérias:

I - Estatuto do Magistério
II - Código tributário do Município
III - Código de obras ou Edificações
IV - Código de higiene Municipal
V - Estatuto dos Servidores Municipais
VI - Criação de cargos e aumento de vencimento dos servidores Municipais
VII - Plano diretor do Município e plano de desenvolvimento rural
VIII - Normas Urbanísticas de uso, ocupação e parcelamento do solo.
XI - Concessão de serviço Publico
X - Concessão de direito Real de uso
XI - Alienação de bens imóveis
XII - Aquisição de bens imóveis por doação de encargo.
XIII - Autorização para obtenção de empréstimo a particular
XIV - Qualquer outra codificação

Art. 41 - As Leis Ordinárias exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Art. 42 - As Leis Delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar delegação à Câmara municipal .

§1. - Não serão objetivo de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à Lei Complementar e a Legislação sobre Planos Plurianuais, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento.
§2. A Delegação ao prefeito terá forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seus exercício.

§3. - Se a Resolução determinar a apreciação dos projetos pela Câmara , esta em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 43 - a votação e a discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
Parágrafo Único - A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá de voto favorável da maioria dos vereadores presentes à reunião, ressalvados os casos previstos nesta Lei.

Art. 44 - A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe ao prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, observando o disposto nesta Lei.
Art. 45 - São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que disponham sobre:

I - Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e funcional, à fixação ou aumento de remuneração dos servidores.
II - Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores.
III - Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração.
IV - Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 46 - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - Nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvados os seguintes casos:
3 - O poder executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
4 - Os Planos e Programas, nacionais , regionais e setoriais nesta Lei Orgânica serão elaborados em

consonância Com o plano plurianual e apreciação pela Câmara Municipal.
II - Nos Projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 47 - A iniciativa popular poderá ser exercida, pela apresentação, à Câmara Municipal , de Projetos de Lei subscrito por, no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do município.

§1° - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.
§2° - A tramitação dos Projetos de Lei de iniciativa Popular, obedecerá as normas relativas ao processo legislativo estabelecido nesta lei.

Art. 48 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, os quais deverão ser apreciados no prazo fixado de até 45 (quarenta e cinco) dias.

§1° - Decorridos, sem deliberação, o prazo fixado acima, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção do que se refere à votação das Leis Orçamentárias.
§2° - O Prazo referido neste artigo não ocorre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos Projetos de codificação.

Art. 49 - A proposição de Lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara Municipal, será no prazo de dez dias úteis enviada pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que concordando, a promulgará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Prefeito importará Parágrafo Único - Decorrido a prazo de 15 (quinze) dias úteis o silêncio do em sanção.

Art. 50 - Se o Prefeito Julgar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recolhimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§1° - O veto parcial somente abrangerá o texto integral de artigo, de inciso ou de alínea.

§2° - O veto será apreciado dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento , só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto.

§3° - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado para promulgação, ao Prefeito.

§4° - Esgotado, sem deliberação, no prazo estabelecido no § 2° - deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, prevalecendo sobre as demais proposições até sua votação final.

§5° - Se a Lei não for promulgada dentro de quarenta e oito (48) horas pelo Prefeito, nos casos do § 3° acima e parágrafo único do art. 49, o Presidente da Câmara a promulgará.

§6° - A manutenção do veto, não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§7 - Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 51 - A matéria constante de projeto de Lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos a

deliberação da Câmara.

Art. 52 - O projeto de Lei que receber quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

SEÇÃO VII

Dos Decretos Legislativos e das Resoluções

Art. 53 - O Decreto Legislativo è destinado a regular matéria da competência da Câmara e que produza efeitos externos.

Parágrafo Único - O Decreto Legislativo, aprovado pelo plenário em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art.. 54 - A Resolução é destinada a regular matéria polìtico-administrativa da Câmara e de sua competência exclusiva.

Parágrafo único - A Resolução, aprovada pelo plenário em um só turno de votação, será promulgada pelo presidente da Câmara.

SEÇÃO VIII

Da Fiscalização Municipal

Art. 55 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades da administração direta, quanto a legalidade, legitimidade, aplicação das subvenções a renúncia da receita, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo Único - O Controle externo é exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que

também compreenderá a fiscalização de quaisquer recursos repassados pela União, ou pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres aos Municípios.

I - O controle externo, da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de contas, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.

II - As contas deverão ser apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 (trinta e um) de março seguinte ao encerramento do exercício financeiro.

III - Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas, a comissão permanente de finanças o fará em 30 (trinta) dias.

IV - A Comissão permanente de Fiscalização Financeira, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programadas ou de subsídios aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que no prazo de 05 (cinco) dias preste os esclarecimentos necessários.

V - Não prestados os esclarecimentos ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado, pronunciamento exclusivo sobre a matéria no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 56 - As Contas do Município, logo após a sua apreciação pela Câmara Municipal, ficarão durante 60 (sessenta) dias à disposição de qualquer cidadão residente ou domiciliado no município, Associação ou entidade de classe, para exame e apreciação, os quais poderão questionai-las a legitimidade, nos termos da Lei.

§1° - Vencido o prazo citado no "caput", as contas e as questões levantadas, serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

§2° - Recebido o parecer prévio, a Comissão permanente de Finanças sobre as contas dará seu parecer em 30 (trinta) dias.

§3° - O Parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as Contas que o Prefeito e a Mesa Diretora da Câmara, devem anualmente prestar, no prazo de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, que sobre ele deverão pronunciar-se, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o seu recebimento.

§4° - Entendendo a Câmara Municipal irregular a despesa, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão a economia pública, proporá a sua sustação, por Decreto Legislativo.

Art. 57 - Quanto o Controle Interno os poderes legislativos e executivo atuarão de forma integrada a fim de:

I - Apoiar o controle Externo no Exercício de sua missão institucional, criando condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle Externo e irregularidade à realização da Receita e Despesa.

II - Acompanhar as execuções de programas de trabalho e orçamento.

III - Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de Governo e dos Orçamentos do Município.

IV - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Publico Municipal e as contas derem causa e perda, extravio dos bens públicos e outras irregularidade de que resulta prejuízo ao Erário Público.

V - Apreciar, para fins de Registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, à qualquer título na administração direta ou indireta, inclusive as

funções instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excetuada as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as de concessão e aposentadoria, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alteram o fundamento do ato Concessório.

VI - Realizar por iniciativa própria da Câmara Municipal ou de Comissão Técnica ou de inquérito, Inspeções e Auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentaria e patrimonial, nas unidades administrativas ou Poderes Legislativos e Executivo e demais entidades.

VII - Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, se verificada a ilegalidade.

VIII - Aplicar aos responsáveis em caso de ilegalidade da despesa ou irregularidades de contas, as sanções prevista em lei, que estabeleceram, entre outras combinações, multa proporcional ao vulto do dano causado ao Erário.

IX - Prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal ou por Comissão Legislativa, sobre a fiscalização Contábil, financeiro orçamentaria, operacional patrimonial e sobre resultados dos de Auditorias e inspeções realizadas.

X - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentaria, Financeira e Patrimonial nos Órgãos e Entidades da Administração Municipal, bem como, todo recurso público aplicado por entidade de Direito Privado.

XI - Os responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência aos Poderes Legislativo, Executivo, e ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

XII - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, é parte legítima para, na forma da Lei,

denunciar irregularidade perante o Tribunal de Contas do Estado.

Seção IX

Das Comissões

Art. 58 - A Câmara terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma da Lei e com às atribuições previstas no respectivo regimento ou na Ato de que resultar a sua criação.

§1° - Na constituição da Mesa e em cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a apresentação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares, que participarem da Câmara.

§2°- As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - Discutir e votar Projeto de Lei, que dispensar na forma do Regimento, a Competência do Plenário, salvo se houver recurso de um quinto dos membros da Casa.

II - Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

III - Convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.

IV - Receber petições, reclamações, representações, queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais.

V - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

VI - Apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

VII - Acompanhar a elaboração de proposta orçamentaria e a posterior execução do orçamento.

Art. 59 - As Comissões parlamentares de Inquérito, terão

poderes de investigação próprias das autoridades judiciais além de outros previsto no Regimento da Câmara, mediante requerimento de um terço (⅓) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 60 - As Comissões Parlamentares de Inquérito, no interesse da investigação poderão.

a) - Proceder a vistoria e levantamento nas repartições publicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre acesso e permanência.

b) - Requisitar de seus responsáveis, a exibição de documentos e a prestação de documentos necessários.

c) - Transportar-se aos lugares onde as fizer míster a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

§ 1° - No exercício de suas atribuições poderão, ainda as Comissões Parlamentares de Inquérito, por intermédio de seu Presidente:

a) - determinar as diligências que reputarem ver necessárias;

b) - requerer a convocação de Secretário Municipal;

c) - tomar o depoimento de qualquer servidor municipal, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso.

d) - proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos de administração direta e indireta.

§ 2° - Nos termos de Legislação federal, as testemunhas serão intimadas de acordo com às prescrições estabelecidas na legislação penal, e em caso de não comparecimento sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz criminal da localidade onde residirem ou se encontrarem, na forma do Código de Processo Penal.

§ 3° - Durante o recesso, haverá a comissão representativa da Câmara, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade de representação partidária eleita na última reunião ordinária da sessão legislativa, com atribuições definidas no Regimento.

Seção X

Da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores

Art. 61 - A remuneração do Prefeito, vice-prefeito e dos vereadores, será fixada pela câmara Municipal, na última legislatura até 60 (sessenta) dias antes das eleições Municipais.

Parágrafo Único - A remuneração dos vereadores será fixada através da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo Municipal

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 62 - O Poder Executivo é Exercido pelo Prefeito do Município, auxiliado por secretários Municipais .

Art. 63 - A eleição do Prefeito de vice-prefeito, para mandato de 04 (quatro) anos, dar-se á mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo país, até 90 (noventa) dias antes do término do mandato dos que devem suceder.

§1° - a eleição do Prefeito importará a do vice-prefeito com ele registrado.

§2° - será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos, não computados os brancos e nulos.

§3° - se nenhum candidato, alcançar a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á eleição em até 20 (vinte) dias após a promulgação do resultado, concorrendo de dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver dos votos válidos.

§4° - se antes de realizado o segundo turno ocorrer morte , desistência ou impedimento legal, de candidato, convocar-se-á dentre os remanescentes e do maior votação.

§5° - se na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 64 - O Prefeito e o vice-prefeito tomarão posse no dia 1° (primeiro) de janeiro do ano subsequente à eleição em sessão solene na Câmara Municipal às 19 (dezenove) horas.

Art. 65 - Ao tomar posse do cargo, o Prefeito e o vice-prefeito deverão prestar o mesmo juramento, proferido pelos vereadores, perante a Câmara Municipal e o Povo.

§1° - se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o vice-prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§2° - enquanto não correr a posse do Prefeito, assumirá o cargo o vice-prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 66 - No ato de posse e ao término do mandato o Prefeito e o vice farão declaração pública de seus bens a qual será transcrita em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para conhecimento público.

Art. 67 - O vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem

conferidas pela legislação local auxiliará o Prefeito sempre que for convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 68 - Em caso de impedimento do Prefeito e do vice-prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A recusa do Presidente em assumir a prefeitura Implicará em perda do cargo que ocupa na Mesa.

Art. 69 - Vagando os cargos de Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

§1° - ocorrendo a vacância nos últimos 02 (dois) anos de mandato, a eleição, para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara Municipal na forma da Lei.

§2° - em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores.

Art. 70 - O Prefeito e o vice-prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perder o cargo.

Seção II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 71 - Ao Prefeito, como chefe de Administração do Município, cabe executar as deliberações da Câmara Municipal, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, adotando de acordo, com a Lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública.

§1° - Compete privativamente ao Prefeito:

I - representar o Município em juízo ou fora dele.

II - exercer com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal.

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis bem como, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento municipal, na forma da Lei.

VII - enviar a Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes e o orçamento anual do Município.

VIII - remeter mensagens e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura de sessão Legislativa, expondo a situação do Município, e solicitando as providências que julgar necessárias.

IX - prestar anualmente, a Câmara Municipal dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior.

X - promover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais na forma da Lei .

XI - decretar nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social.

XII - editar medidas provisórias com força de lei.

XIII - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para realização de objetivos de interesse do Município.

XIV - prestar à Câmara Municipal dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados.

XV - publicar até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

XVI - entregar à Câmara Municipal, até o 20°(vigésimo) dia, os recursos correspondentes as suas dotações orçamentárias.

XVII - solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como, fazer uso da guarda municipal na forma da Lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

XVIII - decretar calamidade pública quando ocorrerem fatos que justifiquem.

XIX - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

XX - colocar à disposição da Câmara dentro de 10 (dez) dias de sua requisição, as entidades que devem ser dispendidas de uma só vez, até o dia 20 (vinte) de cada mês; a parcela correspondente ao duodécimo da Receita Municipal do mês anterior.

XXI - administrar os bens e as rendas municipais, além de promover o lançamento a fiscalização e a arrecadação de tributos.

XXII - apresentar anualmente à Câmara, o relatório sobre o estado das obras e dos serviços municipais, a proposta orçamentaria e o programa de administração para o ano seguinte.

XXIII - propor a criação, extinções provimento de cargos públicos municipais, salvo os da Secretária da Câmara, e dispor sobre o regime jurídico único dos funcionários municipais.

XXIV - convocar, extraordinariamente a Câmara Municipal quando o interesse da administração ou bem público o exigir.

XXV - prestar, por si ou por seus auxiliares por escrito, as informações solicitadas pelos poderes Legislativos e Judiciário, no prazo de 30 (trintas) dias, salvo se for determinado por Lei Federal.

XXVI - promover cargo público, bem como, exonerar, demitir, punir, conceder portaria de louvor e apresentar servidores.

XXVII - dar denominações a prédios Municipais e Logradouros públicos.

XXVIII - aprovar projetos de construção, edificação e parcelamento do solo para fins urbanos.

XXIX - manter relações com os governos de outros municípios, podendo celebrar ajustes e convenções de caráter administrativo.

XXX - readmitir todos os funcionários municipais estáveis que, por sem justa causa, foram afastados de suas funções.

XXXI - exercer outras funções administrativas não previstas nesta Lei Orgânica, respeitando os princípios constitucionais.

Seção III

Das responsabilidades do Prefeito

Art. 72 - São crimes de responsabilidades, os atos do prefeito que atentarem contra a Constituição da República, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, especialmente contra.

I - a existência do Município
II - o livre exercício da Câmara Municipal
III - o exercício de direitos políticos individuais e sociais, inclusive greve.
IV - a honestidade, a prioridade da administração.
V - o cumprimento de Lei e decisões judiciais.
VI - a participação e intervenção popular.

Art. 73 - Os crimes que o Prefeito Municipal praticar no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infração penais comuns por crimes de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§1° - a Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar infração de pena comum ou crime de responsabilidade, nomeará comissão especial para os fatos que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão ser apreciados pelo Plenário.

§2° - se o Plenário entender procedentes as acusações, determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral da Justiça para as providências, se não, determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas as decisões.

§3° - recebida a denúncia contra o Prefeito, pelo Tribunal de Justiça, a Câmara decidirá sobre a

designação de procurador para assistente de acusação.

§4° - o Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça, quando cessará se até 180 (cento e oitenta) dias, não tiver concluído o julgamento.

§5° - enquanto não sobreviver sentença condenatória, nas infrações comuns o Prefeito não estará sujeito a prisão.

§6° - o Prefeito, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Art. 74 - Não pode o Prefeito impedir exames em livros, folhas de pagamentos e demais documentos que devem constar dos arquivos da Prefeitura.

I - desatender sem motivo justo, comunicado no prazo de 30 (trinta) dias às convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando efeito na forma regular.
II - retardar a publicação ou deixar de publicar as Leis e Atos sujeitos a essa formalidade.
III - deixar de apresentar a Câmara no devido tempo e em forma regular, a proposta de Diretrizes Orçamentárias e as propostas Orçamentárias anuais e plurianuais.
IV - descumprir o Orçamento aprovado para o exercício financeiro.
V - praticar contra expressa disposição de Lei, ato da sua competência ou omitir sua prática.
VI - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município, sujeitos a administração da Prefeitura.
VII - proceder de modo incompatível com dignidade e decoro do cargo.
VIII - são infrações políticas administrativas do Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato pelo voto de 2/3 (dois terços) pelo menos de seus membros:

IX - impedir o funcionamento regular da Câmara.

Parágrafo Único - A denúncia das infrações definidas nestes artigos e seus parágrafos, poderá ser formulada por qualquer cidadão com exposição dos fatos, devidamente comprovada.

Seção IV

Do Vice-Prefeito

Art. 75 - O Vice-Prefeito auxiliará o Prefeito, sempre que por este for convocado, e poderá desempenhar missões especiais de interesse do município, assim como, participar das reuniões do Secretariado, cabendo-lhe, neste caso, a Presidência, quando ausente o prefeito.

Art. 76 - O vice-prefeito terá verba de representação fixada pela Câmara, na forma prevista nesta Lei Orgânica.

Seção V

De perda e Extinção do Mandato

Art. 77 - O prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo:

I - firmar ou manter contratos com pessoas jurídica de direito público, autarquia , empresa pública de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer cláusulas uniformes.

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam admissíveis "ad nutum", em entidade constante do inciso anterior, ressalvadas a posse em virtude de recurso público.

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

IV - patrocinar causa em que seja interessada quaisquer das entidades já referidas.

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato ou pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

VI - fixar residência fora do município.

Art. 78 Será declarado vago, pela Câmara Municipal o cargo do Prefeito quando, ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral.

Art. 79 - Perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Art. 80 - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito, o vice-prefeito, e quem os houver sucedido ou substituído nos 06 (seis) meses anteriores à eleição.

Art. 81 - Para concorrerem a outros cargos eletivos o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar os mandatos até 06 (seis) meses antes da eleição.

Art. 82 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município.

II - quando impossibilitado no exercício do cargo, por motivo de doença, devidamente comprovada.

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo o Prefeito licenciado terá direito a remuneração integral.

Seção VI

Dos Secretários e Diretores Municipais

Art. 83 - Os Secretários Municipais e Diretores, serão nomeados e

exonerados pelo Prefeito, e estão sujeitos desde a posse, as mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores.

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência.

II - referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito

feito, relativo a sua área de competência.

III - apresentar ao Prefeito, relatório trimestral dos serviços realizados na Secretária.

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes foram outorgadas pelo Prefeito.

V - expedir Portarias e instruções para execução das leis, regulamentos e decretos para a boa execução desta Lei Orgânica.

VI - comparecer a Câmara Municipal e prestar as informações solicitadas nos casos previstos em Lei.

VII - delegar atribuições aos seus subordinados.

VIII - a competência dos Secretários Municipais abrangerão todo o território do Município nos assuntos atinentes às suas Secretarias.

IX - comparecer perante à Câmara Municipal ou qualquer de suas comissões, para prestar esclarecimentos espontaneamente ou quando regularmente convocados.

X - Os Secretários do Município são responsáveis pelos atos que assinarem, ainda que juntamente com o Prefeito e pelos que praticarem por ordem deste.

XI - Os secretários Municipais e Diretores ao tomarem posse e deixarem o cargo, devem apresentar declarações de bens e terão os mesmos impedimentos estabelecidos para o Prefeito.

Art. 85 - Os Secretários do Municípios não poderão:

I - Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, ou mesmo de direito privado, integrante da administração indireta,

concessionária ou permissionária de serviço

público, salvo o controle obedecer a cláusula uniforme.

II - aceitar ou exercer qualquer cargo, função ou emprego remunerado ou não, em qualquer

empresa comercial ou industrial ou em corporação ou Fundação que goze favor do poder público.

III - exercer qualquer outro cargo público ou desempenhar mandato público efetivo

IV - não poderão os Secretários Municipais, detentores de mandato de vereador, desempenharem ambas atribuições e para tanto deverão opta por uma delas.

Art. 86 - Os Secretários Municipais incorrerão em crime de responsabilidade nos casos previstos nesta lei Orgânica.

TÍTULO III

Da Administração Pública Municipal

CAPÍTULO I

Dos Princípios da Administração Pública Municipal

Art. 87 - A Administração Pública Municipal direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes do Município visando a promoção do bem público e a prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que compõe, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e também ao seguinte:

I - as entidades compreendidas na administração indireta serão criadas por lei específica e vinculadas as secretarias e órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

II - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros de preferências aos lagoenses do carro, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

III - a investidura em cargos ou empregos públicos depende da aprovação prévia, em concursos de provas, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

IV - o prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos prorrogável uma vez por igual período.

V - Os cargos em comissão e as funções de confiança, serão exercidos preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em Lei.

VI - é garantido ao servidor publico civil o direito a livres associações sindical, sendo que, o direito de greve terá seus limites definidos em Lei Complementar Federal.

VII - a lei estabelecerá os casos de contração por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

VIII - todo órgão ou entidade municipal prestará aos interessados, no prazo da lei e sob pena de responsabilidade funcional, as informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível, nos casos referidos na Constituição Federal.

IX - o atendimento à petição formulada em defesa de direito ou como a obtenção de certidões junto a repartições públicas, para defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesses pessoal, independerá do pagamento de taxas.

X - a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos ou entidades municipais, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podemos consta nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

promoção pessoal de autoridade ou funcionários públicos.

XI - é vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários

a - a de dois cargos de professor.
b - a de cargo de professor com outro técnico.
c - a de dois cargos privativos de médico.

XII - a lei fixará a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos, observados, com limite máximo, os valores percebidos como remuneração em espécie, pelo prefeito.

XIII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

XIV - os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o princípio da isonomia, a obrigação do pagamento do imposto de renda retido na fonte, executados os aposentados com mais de sessenta e cinco (65) anos.

XV - as reclamações relativas a prestação de serviços municipais serão disciplinadas em Lei.

XVI - os atos de improbidade administrativa imporão na suspensão dos direitos políticos, a perda de função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário na forma e gradação prevista na legislação federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

XVIII - o município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos que seus agentes nesta qualidade, causarem ã terceiros, assegurados o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 88 - Ao servidor público, em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo Federal, estadual ou distrital, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo ou função, sendo-lhe facultado optar sua remuneração.

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo será contado para todos os efeitos legais, exceto, para a promoção por merecimento.

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Seção I

Da Transição Administrativa

Art. 89 - Até 30 (trinta) dias da eleição municipal o Prefeito deverá preparar para entregar ao seu sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal, que acontecerá entre outras, informações atualizadas sobre:

I - dívida do Município, por credor (com as datas dos respectivos vencimentos) inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações e de administração municipal de realizar operações de crédito de qualquer natureza.

II - medida necessária à regularização das contas municipais, perante o Tribunal de Contas do Estado ou Órgão equivalente, se for o caso.

III - prestação de contas conveniadas, celebradas com organismos da União e do Estado, bem como, do reconhecimento de subvenções ou auxílio.

IV - situação dos contratos com concessionárias de Serviços Públicos.

V - estado dos contratos de Obras e Serviços em execução ou apenas formalidades, informando sobre o que foi realizado e pago, além do que há para executar e pagar, com os prazos respectivos

VI - transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios.

VII - projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto a conveniência de lhe dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los.

VIII - situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos onde estão lotados e em exercício.

Art. 90 - É vedado ao Prefeito Municipal, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programa ou projeto, após o término de seu mandato, não previsto na Legislação Orçamentária.

§1° - O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§2° - serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II

Dos Servidores Públicos Municipais

Art. 91 - O Município estabelecerá em Lei o regime jurídico único dos seus servidores, atendendo as disposições aos princípios e aos direitos que lhe são apreciáveis pela Constituição Federal.

I - são servidores do Município todos quanto percebem remuneração pelos cofres municipais.

II - Será convocado para assumir cargos ou emprego aquele que for aprovado em concurso público de provas e títulos, durante o prazo previsto no edital de convocação, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

III - Os cargos públicos serão criados por Lei, que fixará sua denominação, padrões de vencimentos condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos seus ocupantes.

IV - O servidor municipal responderá civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função a pretexto de exercê-lo.

V - O órgão competente do Município será obrigado independentemente de despacho de qualquer autoridade, abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentado as denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

VI - O Município instituirá planos de carreira para os servidores da administração pública, direta mediante a Lei.

VII - Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa mantenedora que realize qualquer modalidade de contrato com o Município sob pena de demissão do serviço público.

VIII - Os titulares de órgãos da administração municipal deverão atender convocação da Câmara para prestar esclarecimento sobre assunto de sua competência.

XI - Lei específica estabelecerá os casos de contração por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

X - A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como, a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projetos de lei de iniciativa da mesa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Art. 92 - A Lei assegurará aos servidores da administração pública, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder e entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local do trabalho.

Parágrafo Único - São direitos dos servidores municipais, além dos assegurados pela Constituição Federal :

I - gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos 50% (cinqüenta por cento) da remuneração integral de trinta dias corridos, adquirida após um ano de efetivo exercício no serviço público municipal, podendo ser gozado em dois períodos iguais de quinze dias, no mesmo ano que, um dos quais poderá ser convertido em espécie.

II - adicionais de cinco por cento (5%) por quinquênio por tempo de serviço.

III - licença-prêmio de dois meses por decênio de serviço prestado ao município, na forma da Lei.

IV - recebimento do valor das licenças-prêmios não gozadas, correspondente cada uma a seis meses de remuneração integral do funcionário à época do pagamento, em caso de falecimento ou se aposentar, quando a contagem do aludido tempo não se torna necessário para efeito de aposentadoria.

V - salário mínimo fixado em Lei Federal, com reajustes periódicos e irredutibilidade de salário

VI - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou o valor da aposentadoria.

VII - remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.

VIII - salário família para seus dependentes.

IX - duração do trabalho normal, não superior à oito horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, para todos os servidores.

X - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

XI - em caso de extrema necessidade, a remuneração dos serviços e extraordinários superior, devem ser no mínimo, em cinqüenta por cento (50%) e do normal.

XII - licença a paternidade, nos termos da lei:

XIII - licença remunerada de 120 (cento e vinte) dias para gestantes.

XIV - proteção do mercado de trabalho da mulher, nos termos da lei.

XV - redução dos riscos inerentes ao trabalho.

XVI - adicional de remuneração para atividades penosas insalubres ou perigosas, na forma da Lei.

XVII - proibição de diferença de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

XVIII - os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios e as vantagens posteriormente concebidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei.

XIX - O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido, em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 93 - O servidor municipal será aposentado:

I - Por invalidade permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificada em lei proporcionais nos demais casos.

II - compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviços, se homem e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais.
b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício, em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco) anos se professora, com proventos integrais.

§1° - O servidor no exercício de atividades consideradas penosas, insalubres penosa, ou perigosas, terá reduzido o tempo de serviço e a idade de aposentadoria, na forma da Lei Complementar Federal.

§2° - O tempo de serviço público federal, estadual de outros municípios, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

Art. 94 - São estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§1° - o servidor municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa.

§2° - invalidade por sentença judicial, a demissão do servidor público municipal será ele reintegrado e o eventual, ocupante de vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direitos a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§3° - extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 95 - É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal observado o seguinte:

§1° - haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações, todas do regime estatutário.

§2° - é assegurado o direito de filiação dos servidores profissionais liberais, da área de saúde e professoras, à associação sindical de sua categoria.

§3° - os servidores da administração indireta das empresas públicas e de economia mista, todos celestistas, poderão associar-se em sindicatos próprio, obedecidas as seguintes disposições:

I - ao sindicato dos servidores públicos municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em sugestões judiciais ou administrativas.

II - a assembléia geral fixará a contribuição que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectivamente da contribuição prevista em lei.

III - nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato.

IV - é obrigatório a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho.

V - o servidor aposentado tem direito a votação e ser votado no sindicato da categoria.

Art. 96 - O direito de greve assegurado aos servidores público municipais não se aplica aos que exercem funções em serviços ou atividades essenciais, assim definidas em lei.

I - a lei disporá, em caso de greve, sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

II - é assegurada a participação dos servidores públicos municipais, por eleição, nos colegiados da administração pública em seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

III - todos têm direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo de quinze dias úteis sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade ou das instituições públicas.

IV - o Município assegurará à todos, independentemente do pagamento de taxas:

a) a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesses pessoal.
b) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso do poder.

V - incorporação aos proventos do valor das gratificações de qualquer natureza que o mesmo estiver percebendo há mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, na data do pedido de aposentadoria.

VI - contagem, para efeito de aposentadoria do tempo de serviço público federal, estadual, municipal e o prestado a empresa privada.

VII - aos professores, em efetivo exercício em sala de aula, será concedido o adicional de 10% (dez por cento) a título de pó de giz e terão direito ao auxílio transporte, quando tenham que se deslocar de seus distritos ou povoados para outro, afim de exercer o seu trabalho, exceto os beneficiados pelos transportes pagos pelo Município.

VIII - o sistema de promoção obedecerá alternadamente ao critério de antigüidade e merecimento, avaliado objetivamente.

CAPÍTULO III

Dos Atos Administrativos

Art. 97 - A publicação das Leis e dos Atos Municipais far-se-ão em órgão oficial ou, não havendo, em órgãos da imprensa local.

§1° - no caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal ou na Câmara Municipal.

§2° - a publicação dos atos não normativos, pela imprensa, que poderá ser resumida.

§3° - a escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 98 - A formalização dos atos administrativos de competência do prefeito far-se-á:

I - mediante decreto, numerado em ordem cronológica quando se tratar de;

a) regulamentação de lei.
b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei.
c) abertura de créditos especiais e suplementares.
d) declaração de utilidade pública ou de interesse para efeito de desapropriação ou servidão administrativas.
e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizados por lei.
f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativa da lei.
g) aprovação de regulamentos e regimentos dos cargos da administração direta.

CAPÍTULO IV

Dos Bens do Município

Art. 99 - São bens do Município:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos.
II - os rendimentos provenientes dos seus bens, execução de obras e prestação de serviços.
III - cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais, respeitados a competência da Câmara, quanto aqueles utilizados em seus serviços.
IV - todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a administração respectiva, numerando-se os

móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, mantendo-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, mantendo-se um livro tombo com relação descritiva, o qual ficará sob a responsabilidade do Chefe da Secretaria ou Diretoria a quem forem distribuídos.

Art. 100 - Os bens Públicos municipais são imprescritíveis, impenhoráveis, inalienáveis e inumeráveis, admitidas as execuções que a lei estabelecer para os bens do patrimônio disponível.

Parágrafo Único - os bens públicos tornar-se-ão indisponíveis ou disponíveis por meio, respectivamente, de afetação e desafetação, nos termos da lei.

Art. 101 - A alienação de bens municipais, de suas autarquias e fundações por ele mantidas, subordinadas a existência do interesse público devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação e obedecerão as seguintes normas:

I - quando imóveis dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta, nos casos de doação e quando destinada à moradia popular e assentamento de pequenos agricultores.
II - quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação que será permitida exclusivamente para fins assistências ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.
III - o município preferentemente quanto a venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real do uso mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.
IV - as áreas urbanas remanescentes inaproveitáveis para edificação resultante de obras públicas ou de modificação de loteamento, para serem vendidos, dependerão de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 102 - O uso de bens municipais, por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização legislativa, conforme o caso, e quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

§1° - a concessão de uso dos bens públicos de uso especial e domiciliar dependerá de lei

concorrência e será feita mediante contrato, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, para finalidades escolares e turísticas a entidades assistências ou quando houver interesse público relevante devidamente justificado, mediante autorização legislativa.

§2° - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa que especificará sua destinação.

§3° - poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do município e o interessado recolha previamente a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

§4° - A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

Art. 103 - Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - pela sua natureza
II - em relação a cada serviço

Parágrafo Único - deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de Contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

CAPÍTULO V

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 104 - A política do desenvolvimento urbano e rural, executada

pela Administração Municipal, será norteada por diretrizes gerais, estabelecido um plano Diretor e por adequar do sistema de planejamento.

I - a realização de Obras públicas municipais, deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor.

II - a permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por Decreto, após Edital de Convocação dos interessados para escolha do melhor pretendente. A concessão somente será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de concorrência.

III - nenhuma obra pública, salvo nos casos de extrema urgência devidamente justificada, será realizada sem que conste o respectivo projeto, o orçamento do seu custo, a indicação dos recursos financeiros para o atendimento da respectivas despesas, a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade interesse público, os prazos para o seu início e término.

IV - O Município poderá retomar, sem indenização, os servidores permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aquele que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública, deverão ser fixadas por Decretos do Poder Executivo, tendo em vista a sua justa remuneração.

TÍTULO IV

Do Sistema Tributário Municipal

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais

Art. 105 - O município poderá instituir os seguintes tributos:

I - impostos
II - taxas, em razão do exercício do poder da política ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Art. 106 - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributaria, especialmente para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônios, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§1° - as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
§2° - a legislação municipal sobre matéria tributária respeitará às disposições da lei complementar federal:
a) sobre conflito de competência.
b) regulamentações às limitações constitucionais do poder de tributar.
§3° - as normas gerais sobre:
a) definição de tributos e suas espécies, bem como fatos geradores, bases de cálculos e contribuintes de impostos.
b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo pelas sociedades cooperativas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

§4° - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus serviços, para o custeio, em benefício deste sistemas destinados à previdência e assistência social.

Seção I

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 107 - Sem, prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
II - instituir tratamento desigual entre contribuintes, que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
III - cobrar tributos;
a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituídos ou aumentado.
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
IV - utilizar tributo com efeito de confisco.
V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoa ou bens por meio de tributos intermunicipais ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município.
VI - instituir impostos sobre:
a) patrimônio, renda ou serviço da união ou do Estado.
b) templos de qualquer culto.
c) patrimônio, renda ou serviços da partidos políticos inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei.
d) livros, jornais e periódicos.

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, sem razão de sua procedência ou destino.

VIII - a vedação do inciso VI, "a" é extensiva às suas autarquias e a fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere o patrimônio, a renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou as deles decorrentes.

IX - as vedações anterior do inciso VI, "a" e a do parágrafo anterior não se aplicam aos patrimônios, a renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação ou pagamentos de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonerar o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativo a bem imóvel.

X - as vedações expressa ao inciso VI, alíneas "b" e "c" compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

XI - a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que indicam sobre mercadoria e serviços

XII - qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através da lei municipal específica.

Seção II

Dos Impostos do Município

Art. 108 - Compete ao Município constituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana.

II - transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição.

III - vendas a varejo de combustíveis líquido e gasosos exceto óleo diesel.

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado definida em lei complementar federal que poderá excluir de incidência, em si tratando de exportação de serviços para o exterior.

V - imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo nos termos do Código Tributário Municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

VI - o imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas de bens ou direitos decorrentes de função, incorporação, missão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, locação de bens imóveis ou arredondamento mercantil.

VII - Compete ao Município, em razão da localização do bem:

a) o imposto previsto no inciso II não inclui a incidência do imposto estadual sobre a mesma operação.

b) as alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar federal.

Seção III

Das Receitas Tributárias Repartidas

Art. 109 - Pertence ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da união sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte, sobre rendimento pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou manter.

II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados.

III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.

IV - a sua parcela dos vinte e cinco por cento do produto da arrecadação sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual a intermunicipal e de comunicação, ICMS, na forma do parágrafo seguinte:

Parágrafo Único - A lei estadual que dispuser sobre a repartição tributária do ICMS assegurará, no mínimo que três quarta partes serão na proporção do valor adicionado nas operações do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados em seu territórios.

Art. 110 - A União entregará ao Município, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em transferências mensais na forma da lei complementar federal, a sua parcela dos vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, deduzidos o montantes arrecadados na fonte e pertencente a Estados e Municípios.

Parágrafo Único - O Estado repassará ao Município a sua parcela dos dez por cento (10%) que a União lhe entregar do produto de arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, na forma do parágrafo único do artigo 105.

Art. 111 - É vedada a retenção ou qualquer restrição a entrega e ao emprego dos recursos atribuídos ao Município nesta Seção, neles compreendidos os adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo Único - a União e o Estado podem condicionar a entrega dos recursos ao pagamento de seus créditos vencidos e não pagos.

Art. 112 - O Município acompanhará o cálculo das quotas e a liberação de sua participação nas receitas tributárias a serem repartidas pela União e pelo Estado, na forma da lei complementar federal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Art. 113 - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados e os recebidos, discriminados por distritos.

Seção IV

Da Redução e da Isenção

Art. 114 - As casa residenciais que mediram cinqüenta metros quadrados, ficarão reduzidas em 50% (cinqüenta por cento) do pagamento do imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 115 - O Município isentará de qualquer tributos:

a) o estabelecimento industrial inscrito como micro-empresa, ou considerando como tal se inscrito fosse, na conformidade da legislação específica.
b) o produto horta-fruti-granjeiro, quando comercializado diretamente pelo produtor.
c) o produtor artezanal, quando comercializado diretamente pelo artesão.

CAPÍTULO II

Dos Orçamentos

Disposições Gerais

Art. 116 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual
II - as diretrizes orçamentárias
III - os orçamento anuais.

Art. 117 - a lei que estabelecer o plano plurianual estabelecerá, por distritos, bairros e regiões, as diretrizes, objetivos e matas de administração pública para as despesas de capital e outras delas

decorrentes e para as relativas aos programas de direção continuada.

§1° - a lei diretrizes orçamentarias compreenderá as matas e prioridades de administração pública municipal inclusive as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da lei orçamentaria anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomentos.

§2° - O poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatórios resumido da execução orçamentaria.

§3° - os planos e programas municipais, distritais, de bairro, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§4° - a lei orçamentaria anual compreenderá:

a) o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

b) o orçamento do investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente detenha a maioria de capital social com direito a voto.

§5° - a proposta da lei orçamentaria será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes e isenções, remissões e benefícios de natureza financeira e tributária:

§6° - os orçamentos previstos, no § 4° a e b, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão, entre suas funções a de reduzir desigualdade entre distritos, bairros e regiões, segundo critério populacional.

§7° - a lei orçamentaria anual não conterá dispositivo estranhos à previsão de receita e a fixação de despesas, não se incluindo, na proibição, a autorização para abertura de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

§8° - obedecerão as disposições de lei complementar federal específica a legislação municipal referente a:

a) exercício financeiro

b) vigência, prazo, elaboração e organização do plano plurianual, de diretrizes orçamentarias e da lei orçamentaria anual.

c) normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como, instituição de fundos.

Art. 118 - Os recursos correspondente as cotações orçamentarias, compreendidos os créditos suplementares e específicos destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregue até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 119 - A despesa com o pessoal ativo e inativo do município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargas ou alteração de estrutura de carreiras, bem como, a admissão de pessoal, a qualquer título pelos órgãos e entidades de administração direta ou indireta, inclusive fundação instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só poderão ser feitas:

a) se houver prévia dotação orçamentaria suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes.

b) se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Seção I

Das Vedações Orçamentarias

Art. 120 - São vedadas:

I - O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentaria anual.

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedem os créditos orçamentáreis ou adicionais.

III - a realização de operações de créditos que excedem o montante das despesas do capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares e especiais com a finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta.

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesas, exceto a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação da receita.

V - a abertura de créditos suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa por maioria absoluta e sem indicação dos recursos correspondentes.

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programas para outra ou de uma órgão para outro, sem prévia autorização legislativa por maioria absoluta.

VII - a concessão ou utilização de créditos limitados.

VIII - a utilização sem autorização legislativa específica, por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprir necessidades de cobrir déficit de empresa, fundações ou fundos do Município.

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa, por maioria absoluta.

Art. 121 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício poderá ser sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei, que autorize a inclusão sob pena de crime contra a administração.

I - os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for

promulgado nos últimos quatros meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites se seus saldos serão incorporados ao orçamentos do exercício financeiro subsequente.

II - a abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública, pelo Prefeito, com medida provisória, na forma da lei.

Seção II

Das Emendas aos Projetos Orçamentáreis

Art. 122 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentarias e a proposta do orçamento anual, todos de iniciativa reservada ao Poder Executivo, serão apreciados pela Câmara Municipal na forma do regimento Interno, respeitados os dispositivos deste artigo.

§1° - caberá a comissão permanente de Finanças:

a) examinar e emitir parecer sobre os projetos e propostas referidas neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara.

b) examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos neta Lei Orgânica a exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentaria sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara Municipal criada de acordo com esta Lei orgânica.

§2° - As emendas só serão apresentadas perante a comissão que sobre elas emitir parecer escrito.

§3° - As emendas à propostas de orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas casos:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentarias.

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos.
b) serviço de dívida municipal
c) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público.

III - Sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões
b) com os dispositivos dos textos das propostas ou do projeto de lei.

§4° - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§5° - O Prefeito municipal poderá enviar mensagem à câmara municipal para propor modificação aos projetos e propostas a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão, da parte cuja alteração é proposta.

§6° - não enviados no prazo previsto na lei complementar referida no § 9°, do artigo 165 da Constituição Federal, a Comissão elaborará nos 30 (trinta) dias seguintes, os projetos e propostas de que trata neste artigo.

§7° - aplicam-se aos projetos e propostas mencionadas neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta subseção, as demais normas ao processo legislativo.

§8° - os recursos que em decorrência de voto, emenda ou rejeição da proposta de orçamento anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso mediante créditos especiais ou suplementares com prévia e específica autorização legislativa.

Seção III

Da Execução Orçamentaria

Art. 123 - A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para execução dos programas nele determinados, observados sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 124 - As alterações orçamentarias durante o exercício representarão:

I - pelos créditos adicionais, suplementares especiais e extraordinários.

II - pelos remanejamentos, transferências e transposição de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo Único - O remanejamento , a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 126 - Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para dada despesa será emitido o documento (Nota de Empenho) que conterá as características já determinadas nas normas gerais do Direito Financeiro.

TÍTULO V

Da Política de desenvolvimento Econômico

CAPÍTULO I

Da Ordem Econômica

Art. 127 - O Município da sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegurará a todos, dentro dos princípios da Ordem Econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna e cumprimento ao estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, que zelará pelos seguintes princípios:

I - autonomia municipal
II - propriedade privada
III - função social de propriedade
IV - livre concorrência
V - defesa do consumidor
VI - defesa do meio ambiente e ordenação territorial
VII - redução das desigualdades sociais
VIII - busca do pleno emprego
IX - fomentar a livre iniciativa
X - utilizar tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra
XI - racionalizar a utilização de recursos naturais

XII - proteger os direitos dos usuários e dos serviços públicos
XIII - dar prioridade a produção artesanal, às micro-empresas e às pequenas empresas locais.
XIV - estimular o associativismo e o cooperativismo.
XV - proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
XVI - desenvolver a ação direta ou reivindicativa junto ao outras esferas de governo, de modo que sejam, entre outros, efetivados:

a) assistência técnica
b) crédito especializado ou subsidiado
c) estímulos fiscais e financeiros
d) serviço de suporte informativo ou do mercado.

Art. 128 - Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, por meio de tributação e mediante a desapropriação, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 129 - A prestação de Serviços Públicos, pelo município será regulada em lei, que assegurará :

I - a exigência de licitação em todos os casos.
II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, forma de fiscalização e rescisão.
III - os direitos dos usuários

IV - a política tarifária
V - a obrigação de manter serviços adequados.

Art. 130 - O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico, em consonância com poder legislativo.

Art. 131 - O Município desenvolverá esforços para protege-lo consumidor através de:

I - orientação e gratuidade de assistência social e econômica do reclamante.

II - criação de órgão no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para defesa do consumidor.
III - atuação coordenada com a União do Estado.

CAPÍTULO II

Da Política Urbana

Art. 132 - O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, mediante adequado sistema de planejamento.

§ 1° - sistema de planejamento e o conjunto de órgão, normas, recursos humanos, e técnicos, voltados a coordenação de ação planejada de administração municipal.
§ 2° - O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico do processo de transformação do espaço urbano e de estrutura social e territorial, servindo de transferência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade.
§ 3° - a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis, tem por objetivo ordenar o plano desenvolvimento das funções da cidade e seus

bairros, de distritos e dos aglomerados, garantindo assim, o bem estar de seus habitantes.

§ 4° - será assegurada pela participação em órgão componentes dos sistema de planejamento, a cooperação de associações representativas, legalmente organizadas, com o planejamento municipal.

§ 5° - o Plano Diretor a provado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de extensão urbana.

§ 6° - a propriedade cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação urbana expressa do Plano Diretor.

§ 7° - os imóveis urbanos desapropriados pelo município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo casos no inciso III do parágrafo seguinte.

§ 8° - o proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada, nos termos da Lei Federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena sucessivamente de;

I - parcelamento ou edificação compulsória.

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

III - desapropriação com pagamento adiante títulos de dívidas pública municipal de emissão previamente aprovada pelo Poder Legislativo, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real de indenização e os juros legais.

Art. 133 - Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo, deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanísticos existente e à disposição do Município.

Parágrafo Único - Todos os terrenos situados dentro do perímetro urbano, e que não tenha sido objeto de construção, poderão o IPTU nas mesmas condições das áreas construídas, exceto onde não

houver calçamento será cobrado 50% (cinqüenta por cento) do valor atribuído as áreas calçadas.

Art. 134 - O Município promoverá em consonância com sua política urbana e respeitadas às disposições do Plano Diretor, programa de habitação popular destinado as condições de moradia de população carente do município.

§ 1° - a ação do Município deverá orientar-se para:

I - ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infra estrutura básica e servidos por transportes coletivos.

II - estimular e assistir tecnicamente, projetos comunitários a associativos de construção, de habitação e serviços.

III - urbanizar, regularizar e titular às áreas ocupadas por população de baixa renda, possíveis de urbanização.

§ 2° - na promoção de seus programas de habitação popular, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federal competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentar a oferta da moradia adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.

Art. 135 - O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor deverá promover programas de saneamento básico destinado a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e dos níveis de saúde da população.

Parágrafo Único - a ação do município deverá orientar-se para:

I - ampliar progressivamente a responsabilidade Local pela prestação de serviços de saneamentos básicos.

II - executar programas de saneamento em áreas pobres, atendendo a população de baixa renda

com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário.

III - executar programas de educação sanitária e melhorar o nível de participação da comunidade na solução de seus problemas de saneamento.

IV - levar a prática pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços d'água.

Art. 136 - O Município, em consonância com sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público. de circulação de veículos e de segurança do trânsito.

Art. 137 - O Plano de Controle do uso de parcelamento e da ocupação do solo urbano, obedecerá os seguintes princípios:

I - dimensão mínima de lotes urbanos
II - taxa de ocupação máxima
III - cobertura vegetal obrigatória
IV - estabelecimentos de lotes padrão, para bairros de população de baixa renda.
V - incentivos fiscais que beneficiem população carente.

Art. 138 - O Código de Obras, a ser criado, conterá normas específicas às construções e demolições, em áreas urbanas e de expansão Urbana, obedecendo os seguintes princípios:

a) segurança, funcionalidade estática, higiene e salubridade das construções.
b) proporcionalidade entre ocupação e equipamento urbano.
c) atualização tecnológica na engenharia e na arquitetura.

Art. 139 - Será isento de imposto (IPTU), o prédio ou terreno destinado a moradia do proprietário que comprovar ser pobre na forma da lei.

Parágrafo Único - os imóveis públicos municipais não serão adquiridas por uso capião.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Art. 140 - O Município estabelecerá política de habitação, a qual deverá prever a articulação e a integração das ações da união e dos Estado e a participação das comunidades organizadas, visando a carência habitacional e oferecerá:

I - lotes urbanizados
II - estímulos e incentivos à formação de cooperativas populares de habitação.
III - atendimento prioritário à família carente.
IV - formação e programas habitacionais pelo sistemas de mutirão, auto-construção e outras formas alternativas.

CAPÍTULO III

Da Política Rural

Art. 141 - O Município adotará o plano de desenvolvimento rural, destinado a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, garantir a geração de empregos produtivos fixando o homem ao campo, levando a uma melhoria de qualidade de vida da sua população, Compatibilizados com a política agrícola da União e do Estado.

I - o Plano de desenvolvimento rural, objetiva garantir tratamento especial a propriedade produtiva, que atenda a sua função social e proporcional entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil a preço justo, saúde, educação e bem estar social.

II - O Plano Diretor do Município contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas às restrições decorrentes da expansão urbana.

III - todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do município deverão constar do Plano e Ações de desenvolvimento rural, que formalmente pela Câmara de Vereadores, Identificará os principais problemas e

oportunidades, existentes, proporá soluções e formulará planos de execução.

Art. 142 - O Município tem por obrigação dar incentivo nas áreas rurais, adquirindo tratores, arados, grades e demais instrumentos necessários, para oferecimento de uma boa assistência técnica ao pequeno agricultor, incorporando ao município, entidades a este setor, ligados ao estado.

Art. 143 - A atuação do Município na Zona Rural terá ainda como principais objetivos:

I - oferecer meios para assegurar ao pequeno trabalhador rural, condições de trabalho rural, condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da comunidade rural.

II - garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar, distribuição de grãos e adubos.

III - garantir a utilização racional dos recursos naturais.

IV - fomentar a produção, utilizando assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de créditos e de incentivos fiscais.

Art. 144 - O Município para colocar em prática tal política rural, poderá consorciar-se com outras municipalidades, com vias ao pleno desenvolvimento das famílias rurais.

CAPÍTULO IV

Da Política Agrícola e Fundiária

Art. 145 - O Poder Público Municipal adotará uma política agrícola e fundiária, visando propiciar:

I - a diversificação agrícola.

II - o uso racional dos solos e dos recursos naturais e efetivação do equilíbrio ecológico.

III - o aumento da produtividade agrícola e pecuária.

IV - a melhoria das condições de armazenamento, escoamento e comercialização da produção agrícola e pecuária.

V - o crédito, assistência técnica e extensão rural.

VI - o estímulo as cooperativas agropecuárias, às associações rurais, a entidades sindicais e a propriedade familiar.

VII - a garantia dos serviços de assistência técnica e extensão rural, gratuito, aos pequenos e médios produtores rurais.

VIII - o estímulo à utilização de tecnologia alternativa e a prática da agricultura orgânica pelo pequeno agricultor, visando barateamento dos custos produtivos, assim como, a preservação dos recursos naturais renováveis.

IX - a divulgação das oportunidades de crédito e incentivos fiscais.

X - a criação e execução, conjuntamente, com órgãos e/ou instituições Estaduais e Federais afins, de programa/projetos para o meio rural.

XI - opinar sobre aplicação de recursos de qualquer origem, destinados ao atendimento da área rural do município.

XII - participar da elaboração e acompanhar a execução de planos operativo anuais dos diferentes órgãos atuantes no meio rural do município, integrando as suas ações.

XIII - acompanhar, avaliar, e apoiar a execução dos planos e programas agrícolas em desenvolvimento no município, apresentando sugestões que, possam aumentar a sua eficácia.

Art. 146 - O Poder Público Municipal deverá contar com uma Secretaria de Agricultura e Abastecimento que coordenará as ações de agricultura do Município e deverá ser ocupada por um profissional das áreas de agricultura ou veterinária.

Art. 147 - A regulamentação da venda de defensivos agrícolas e dos medicamentos veterinários, através da utilização dos receituários com a finalidade de evitar o uso indiscriminado desses insumos.

Art. 148 - O Poder Público Municipal na elaboração dos programas/projetos para o meio rural, não usará de discriminações político-partidário, raça, cor ou religião no sentido de atender sem distinção e beneficiar toda a população, especialmente os pequenos produtores e trabalhadores rurais e suas famílias.

Art. 149 - Por ocasião de elaboração, do Plano Diretor do Município, no que diz respeito ao setor primário, será obrigatório a participação efetiva dos produtores e trabalhadores rurais através de suas diversas formas de associação.

Art. 150 - O poder Público Municipal, obriga-se a estimular e apoia a implantação de agro-industriais e, visando o aproveitamento racional e rentável da produção rural, propiciando assim, novas fontes de emprego e rendas para as famílias rurais.

Art. 151 - O Poder Público Municipal deverá constar em seu orçamento, a destinação de, no mínimo 10% (dez por cento) dos seus recursos totais, para garantir assistência técnica e expansão rural aos pequenos produtores do Município.

Art. 152 - Fica o Executivo Municipal na obrigação de constituir passagens, bueiras e passagem molhadas, nas estradas municipais, naqueles locais onde são cortadas por rios, riachos e córregos.

Art. 153 - As estradas vicinais, com o uso público por mais de 05 (cinco) anos, passam a ser consideradas como bens públicos, e como tal, não poderão ser interditadas por terceiros, para não prejudicar o trânsito da população e o escoamento da produção.

Art. 154 - O Município poderá destinar terras de sua propriedade e domínio para o cultivo de produtos alimentares ou de culturas de subsistências, objetivando o abastecimento interno e beneficiando agricultores sem terras, segundo formas e critérios a serem estabelecidos em lei.

Art. 155 - Fica o Executivo Municipal na obrigação de formar banco de sementes selecionadas e distribuir aos agricultores de

baixa renda, para realização de plantios das culturas de subsistência.

CAPÍTULO V

Dos Transportes

Art. 156 - O transporte é um direito fundamental do cidadão, sendo de responsabilidade do Poder Municipal, o planejamento, gerenciamento e a operação dos vários modos de transporte.

Art. 157 - O valor das tarifas cobradas, será estabelecidas pelo

Poder Público respeitando o poder aquisitivo da população usuária.

I - o reajuste da tarifas só será permitido a partir da negociação entre:

a) Poder Legislativo e a população usuária através dos representantes das comunidades.

b) Os itinerários e pontos de parada das linhas de transporte em qualquer das formas de operação, serão definidos a partir dos mecanismo de negociação com o poder Legislativo e a comunidade usuária.

Art. 158 - Constará do Orçamento Anual do Município, uma verba destinada ao pagamento de transporte para todos alunos residentes na zona rural, e que se desloquem para estudar na zona urbana.

Art. 159 - O Município oferecerá transporte gratuito a todos os alunos residentes na área rural, que estudam na área urbana, bem como, aos que realizem cursos em outros municípios.

Art. 160 - O Município deverá contribuir para o desenvolvimento e a integração regional e urbana.

I - a lei instituirá sistema de transporte coletivo de passageiro, que será integrado além das linhas municipais pelas estações rodoviárias.

II - é assegurada a gratuidade do transporte coletivo urbano aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos

de idade, menores de 07 (sete) anos de idade e as pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

III - O Município assegurará na forma da lei, a mulher gestante, o acesso privilegiado aos transportes coletivos.

TÍTULO VI

Da Política de Desenvolvimento Social

CAPÍTULO I

Art. 161 - O Município dentro de sua competência organizará a Ordem Social, tendo por base, o primado do trabalho, e como objetivo, o bem estar e a justiça social, conciliando a liberdade incentivada com os superiores interesses da coletividade.

Art. 162 - O Município assegurará, em seus orçamentos anuais as parcelas de contribuição para financiar a seguridade social.

Parágrafo Único - A Receita do Município, destinada à Seguridade Social, constará do seu próprio orçamento, não integrado o orçamento do Estado nem o da União.

Art. 163 - Na formulação e desenvolvimento dos programas de Assistência Social, o Município buscará a participação das Associações Representativas da Comunidade bem como, auxiliar entidades privadas de caráter assistencial, regularmente constituídas, sem fins lucrativos, para prestarem assistência aos necessitados, ao menor abandonado ou desvalido, ao superdotado, ao paranormal e velhice desamparada.

Art. 164 - Ação do Município no campo de Assistência Social objetivará promover:

I - A integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social.

II - a proteção e amparo, à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

III - construção de escolas especiais para recolhimento de menores abandonados de até 14 anos de idade, onde lhe seja oferecido ensino profissionalizante e permanência diária.

IV - a integração das comunidades carentes

V - executar, com a participação de entidades representativas da sociedade, ações de prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências, mentais e sensoriais.

VI - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e sua integração na sociedade.

Art. 165 - Ficam criados os seguintes Conselhos:

I - Conselho Municipal de Saúde

II - Conselho Municipal de Educação e Cultura.

III - Conselho Municipal da Criança, do Adolescente e do Idoso.

IV - Conselho Municipal da Mulher

V - Conselho Municipal da Defesa do meio ambiente.

VI - Conselho Municipal da Defesa do Consumidor.

VII - Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

Art. 166 - As políticas sociais básicas da Educação, Saúde, Lazer, bem como, as políticas de Assistências Social, terão prioridade no meio do conjunto das políticas públicas, tendo na formação e execução dos programas quanto ao aquinhoamento privilegiado de recursos públicos.

CAPÍTULO II

Da Saúde

Art. 167 - A saúde é direito de todos os Munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a eliminação de risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços par sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 168 - Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação transporte, e lazer.
II - respeito meio ambiente e controle da poluição ambiental.
III - acesso universal e igualitário a todos os habitantes do município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde sem qualquer discriminação.

Art. 169 - As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços e, completamente, através de serviços de terceiros.

Parágrafo Único - É vedado ao Município cobrar dos usuários pelas prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados por terceiros.

Art. 170 - São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

I - Planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde.
II - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual.
III - gerir, controlar, executar e avaliar, as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho,.
IV - executar serviços de:
a) vigilância epidemiológica
b) vigilância sanitária
c) alimentação e nutrição.

V - executar a política de insumo e equipamentos para a saúde.
VI - fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las.
VIII - formar consórcios intermunicipais de saúde.
IX - avaliar e controlar a execução de convênios e contratos celebrados com o Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde.
X - autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Art. 171 - As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - comando único exercido pela secretária municipal de saúde ou órgão equivalente.
II - integridade na prestação das ações de saúde.
III - organização dos distritos sanitários com locação de recursos técnicos e práticos de saúde, adequados à realidade de epidemiólogica local.
IV - participação em nível de decisão de entidade representativas, dos usuários dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentalistas, na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de Saúde de caráter deliberativo e partidário.
V - direito de indivíduo de obter informações e esclarecimento sobre assuntos pertinentes a promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

Parágrafo Único - Os limites dos Direitos Sanitários referidos no inciso III, constarão do Plano Municipal de Saúde e serão fixados seguindo os seguintes critérios:
a) área geográfica de abrangência
b) a descrição de clientela

c) resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 172 - A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que terá, entre outras as seguintes atribuições:

I - formular a política Municipal de Saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.
II - planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde.
III - aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Art. 173 - As instituições Privadas, deverão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferências as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 174 - O Sistema Único de Saúde no âmbito do município será financiado com recursos do Orçamento do Município, do Estado, da União e de Seguridade Social além de outras fontes.

§ 1° - Os recursos destinados as ações e aos serviços de que saúde do município, constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.
§ 2° - O montante das despesas de saúde não será inferior a 10% (dez por cento) das despesas globais do Orçamento Anual do Município.
§ 3° - É vedado a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções privadas com fins lucrativos.

Art. 175 - Fica assegurada pelo Poder Público Municipal, assistência médico-odontológica nas escolas municipais.

Parágrafo Único - Fiscalizar e Inspecionar alimentos, compreendidos o controle nutricional, bem como, bebidas e água para consumo humano.

CAPÍTULO III

Da Educação e da Cultura

Art. 176 - A educação direito de todos, dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada pela Sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, bem como, preparar o indivíduo para exercer sua cidadania plena.

§ 1° - O Município organizará, em regime de colaboração com o Estado e a União, Sistema Municipal de Educação, que abrange a educação pré-escolar, e o ensino fundamental médio.
§ 2° - O Ensino nas Escolas Municipais será ministrado gratuitamente.
§ 3° - O não oferecimento do ensino obrigatório e gratuito pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
§ 4° - O município manterá:

I - o estímulo por todos os meios as desenvolvimento cultural.
II - o incentivo para o acesso a permanência do educando na escola.
III - as concepções pedagógicas com pluralidade de idéias, contanto que esta pluralidade ideológica leve o educando a atingir o ápice da consciência humana.
IV - o Ensino Fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.
V - os portadores de deficiências físicas e mentais, com um atendimento educacional especializado.
VI - as crianças em creche e pré-escolas de (0 - 6) de zero a seis anos de idade com atendimento próprio.
VII - oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do educando, garantindo a mesma qualidade e o mesmo padrão do ensino dos cursos diurnos, principalmente na qualidade docente independente de idade.

VIII - o educando no ensino fundamental, com programas suplementares de fornecimento do material didático, assistência à saúde, transporte escolar e alimentação.

IX - a promoção anual de um recenseamento de comunidade escola.

X - calendário escolar municipal, que deverá ser flexível e adequado a peculiaridade e às condições econômicas dos alunos.

XI - os currículos escolares deverão respeitar as especificidades do Município, valorizando sua cultura, seu patrimônio histórico, ambiental e artístico.

Art. 177 - O Município deverá anualmente aplicar, nunca menos de 25% (vinte cinco por cento) de receitas provenientes de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União, cabendo ao Poder Legislativo fazer a conferência de verba em questão sempre que houver necessidade.

Art. 178 - O Município será obrigado a fazer funcionar escolinha de pré-escolar, para atender as crianças do meio rural nas comunidades com mais de cinqüenta famílias.

Art. 179 - O Município manterá (quando houver alunos suficientes para tal), o início do Cursos do primeiro grau na zona rural, afim de oferecer melhor condição educacional dos rurícolas.

Art. 180 - A Lei assegurará as escolas públicas, em todos os níveis, a gestão democrática, com participação de docentes, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade.

Parágrafo Único - A gestão democrática do ensino público será consolidada, através dos Conselhos Escolares.

Art. 181 - O ensino da história do Município , constituirá parte da disciplina de estudos sociais, nos horários normais das Escolas públicas do Ensino fundamental, sendo obrigatório o ensino dos hinos Nacional, de Pernambuco e do Município, nas escolas da rede municipal de ensino.

Art. 182 - O ensino é livre à iniciativa privada, sendo que a mesma não poder fugir às normas implantadas no município.

Art. 183 - O poder Executivo submeterá a Câmara Municipal no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência desta Lei, projeto de lei estruturando o Sistema Municipal de Ensino, que contará, obrigatoriamente, a Organização Administrativa e Técnico-pedagógica do Órgão Municipal de Educação, bem como, projetos de Lei que instituam:

I - o plano de carreira do magistério Municipal
II - o Estatuto do Magistério Municipal
III - A Organização da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal.
IV - Conselho Municipal de Educação e Cultura.
V - O Plano Municipal Plurianual de Educação.

Art. 184 - Os cargos de Magistério municipal serão obrigatoriamente providos através de concurso público, vedada qualquer outras formas de provimento.

Art. 185 - Ao membro do magistério municipal, serão assegurados;

I - Plano de carreira, com promoção horizontal e vertical mediante critério justo de aferição do tempo de serviço efetivamente trabalhado, em função do magistério, bem como, do aperfeiçoamento profissional.
II - piso salarial profissional
III - participação na gestão do ensino público municipal
IV - estatuto do Magistério
V - garantia de condições técnicas adequadas para o exercício do magistério.

Art. 186 - O Poder Executivo juntamente com a Secretaria da Educação tem o dever de sempre reciclar os seus mestres ou professores, dando novas orientações educacionais, informando novas técnicas e pesquisas, sendo desenvolvidas através de palestras, cursos e seminários.

Art. 187 - É obrigatório a manutenção de serviços de supervisão educacional exercidos por professores com habilitação específica, obtida em Curso Superior de Graduação e de Pós-Graduação.

Art. 188 - Os programas de que trata os artigos mantenedores pelo órgão municipal com recursos financeiros, são destinados ao desenvolvimento do ensino, bem como dos recursos humanos dos respectivos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 189 - O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas a sua história, sua comunidade e seus bens

Art. 190 - Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, tombados pelo Poder Público municipal.

Parágrafo Único - Os bens tombados pela União ou pelo estado merecerão tratamento mediante convênio.

Art. 191 - O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais de memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para sua divulgação.

Art. 192 - O acesso à consulta dos arquivos da documentação oficial do Município é livre:

Art. 193 - Compete ao Município:

I - isentar do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município.
II - descentralizar programas, espaços, serviços de equipamentos culturais.
III - informar sobre os valores culturais, regionais, nacionais e universais.
IV - apoiar e proteger a cultura local.
V - respeitar a autonomia, a criatividade e o pluralismo cultural.
VI - se compromissar com a formação técnico cultural.
VII - integrar as ações culturais e educacionais.

VIII - articular permanentemente com a comunidade, as entidades e grupos culturais.

Art. 194 - Todo cidadão é um agente cultural e o Município incentivará de forma democrática, os diferentes tipos de manifestação cultural existente.

Art. 195 - Constituem direitos culturais, garantidos pelo Município:

I - liberdade e expressão na criação artística.
II - acesso a educação artística, bem como, ao desenvolvimento da criatividade aos estabelecimentos de ensino, as escolas de artes, e aos centros culturais e espaços de associações de bairros.

Art. 196 - O Município propiciará o acesso às obras de arte, com exposição destas em locais públicos e incentivará a instalação e manutenção de uma biblioteca pública na Sede do Município/

Parágrafo Único - Dedicará ainda, atenção especial à aquisição de bens culturais para garantir a sua permanência no Município.

Art.197 - O Município assegurará o direito à informação e comunicação as pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva, através da adaptação dos meios de comunicação e informação.

Art. 198 -A Lei regulará a composição e o funcionamento e as atribuições do conselho Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO IV

Do Desporto e do Lazer

Art. 199 - O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais.

Art. 200 - O Município incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Art. 201 - A Liga Municipal de Desportos Lagoenses do Carro, após a sua criação, promoverá e organizará competições esportivas e será vinculada e supervisionada pela Secretaria de Esporte e Turismo.

Art. 202 - O Município incentivará o desporto, como forma de promoção social, especialmente, mediante:

I - reserva de espaço verdes ou livres em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados com base fixa de recreação urbana.

II - construção e equipamento de parque infantis.

III - aproveitamento de adaptação dos rios, lagoas e outros recursos naturais, como locais de passeio e distração.

Art. 203 - Incumbe ao Município:

I - colaborar com as escolas, as associações e agremiações desportivas.

II - promover, estimular e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

III - incentivar a construção de instalações desportivas para a prática de atividades desportivas.

IV - a liberação de subvenção pelo Município para agremiações desportivas fica condicionada à manutenção efetiva do Setor de Esportes não profissional acessível, gratuitamente, as camadas menos favorecidas da população e aos alunos de rede oficial de ensino.

CAPÍTULO V

Do Meio Ambiente

Art. 204 - A proteção ambiental exercida pelo Município, visa a preservação da natureza em todos os elementos essenciais à vida humana e a manutenção do equilíbrio ecológico, afim de assegurar sobrevivência das gerações futuras, em condições satisfatórias de alimentação, saúde, e bem estar;

Art. 205 - para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal em colaboração com a União e o Estado:

I - conservar as obras e monumentos artísticos, históricos, paisagísticos e naturais tombados por lei ou por Decreto, responsabilizando-se obrigatoriamente, na forma de lei, o agente público, em caso de ruína, de deterioração ou mutilação da obra ou monumento.

II - determinar a realização de estudo prévio de impacto ambiental, para a implantação e operação de atividades que possam causar significativa degradação do meio ambiente.

III - prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento, o deslizamento de encosta e outras formas de degradação ambiental.

IV - estimular e promover o reflorestamento, preferencialmente com espécie nativas, objetivando especialmente com a proteção de encostas e dos recursos hídricos.

V - assegurar, defender e recuperar as áreas sob proteção legal, de caráter ambiental e histórico cultural.

VI - incentivar, participar e colaborar com a elaboração de planos, programas e projetos de proteção ambiental de interesse do município

VII - nas áreas de favelas, cabe a Prefeitura Municipal, elaborar planos e projetos de segurança, expansão e a salubridade habitacional e promover sua implantação.

VIII - exercer o Poder de polícia nos casos de infração da legislação de proteção ao meio ambiente.

IX - é dever do município respeitar o ambiente saudável de trabalho, obrigando-se a garantir e proteger o trabalhador, contra toda e qualquer condições nociva a sua saúde física e mental.

X - O Município deve estabelecer e divulgar normas técnicas de saneamento básico, domiciliar, residencial, comercial e industrial, essencial a proteção, de forma a se evitar contaminação ambiental de qualquer natureza.

XI - O Município com autorização de Câmara de vereadores poderá estabelecer convênios ou outra forma de acordo com outros municípios, visando a proteção do meio ambiente.

XII - os estabelecimentos que desenvolvam atividades industriais, hospitalares ou ligados a áreas de saúde, deverá fazer a triagem do lixo resultante de suas atividades, separando os resíduos, patogênicos, e tóxicos, através de vigilância sanitária.

XIII - garantir a educação ambiental, em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

XIV - definir o uso e ocupação do solo, subsolo, a águas, através de planejamento que englobe diagnóstico e análise técnica respeitando a conservação da qualidade ambiental.

XV - O Município assegurará a participação das entidades representativas de comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental.

XVI - ao poder Público Municipal caberá analisar, aprovar ou vetar qualquer projeto público ou privado que implique em imposto ambiental.

XVII - é dever do Poder Público promover e estimular o reflorestamento ecológico em áreas consideradas essenciais no Município.

XVIII - controlar a fiscalizar a produção, a estocagem de substâncias, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e instalações, que comportem risco efetivo ou potencial, para saudável qualidade de vida ao meio ambiente natural e de trabalho, bem como, a saúde dos trabalhadores e da população.

CAPÍTULO VI

Da família, do Deficiente, da Criança e do Idoso

Art. 206 - A família forma a base natural da sociedade, sendo colocada sob a proteção particular do Estado.

Art. 207 - É dever do Município promover e assegurar práticas que estimulem o aleitamento materno.

Art. 208 - Lei Municipal criará o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente e do Idoso, órgão normativo, deliberativo, controlador e fiscalizador da política de atendimento à infância, à juventude e a velhice a ser presidido por membro eleito dentre os representantes deste Conselho, ao qual incube a coordenação da política municipal de promoção e defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso.

§ 1° - A lei disporá acerca da organização, composição e funcionamento do conselho, garantindo a participação de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Órgãos Públicos, encarregados da execução da política social e educacional, relacionada à infância e a juventude, assim em igual número de representantes de organizações populares.

§ 2° - O Município incentivará entidades particulares e comunitárias atuantes nas políticas de defesa dos direitos da criança e do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, devidamente registrados nos órgãos competentes, subvencionando-as com amparo técnico e com auxílio financeiro.

Art. 209 - O Município promoverá programas de assistência social integral à família, dispensando proteção especial à maternidade, a criança ao adolescente e ao idoso com a participação deliberativa e operacional de entidades não governamentais através das seguintes ações estratégias:

I - criação e implantação de programas especializados para o atendimento a criança e adolescente em situação de risco e ou envolvimento em atos infracionais.

II - criação e implantação de programas especializados de prevenção de atendimento e integração social, dos portadores de deficiências físicas, sensoriais e mentais, facilitando o acesso deles aos bens e serviços coletivos pela eliminação de preconceitos e obstaculos.

III - criação e implantação de programas especializados de prevenção e atendimento a criança e ao adolescentes e drogas.

IV - para o atendimento e desenvolvimento dos programas e ações supracitados, o Município aplicará anualmente, no mínimo, percentual de 5% (cinco por cento) dos seus respectivos Orçamentos Gerais.

Art. 210 - A Lei garantirá o acesso do trabalhador jovem e adolescente à escola.

Art. 211 - Para a criança e ao adolescente passível de medida de segurança, O Município criará e manterá Centro de Acolhimento.

Art. 212 - O Município tem o dever de propiciar às pessoas portadoras de deficiências e às pessoas idosas, segurança econômica condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem o isolamento ou marginalização social, conforme dispõe Lei Federal.

Art. 213 - O Município desenvolverá programas destinados aos meninos de rua, visando a sua reinserção no processo social, garantindo-lhe educação, saúde e formação adequada para sua recuperação.

Art. 214 - É dever do Município assegurar a criança, ao adolescente, ao idoso e as pessoas portadoras de deficiência física e mental, com absoluta prioridade o direito à vida, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

Art. 215 - Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos e aos menores de 07 (sete) anos e aos deficientes, é garantido a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 216 - Os programas de amparo aos idosos e aos deficientes, serão executados preferencialmente em seus lares.

Art. 217 - Cabe ao Município viabilizar condições para que os jovens das comunidades rurais, possam participar de atividades urbanas de seus interesse, tais como: estudos encontros, congressos, reuniões de movimento popular ou sindical, garantindo inclusive sua estadia e/ou transporte.

Art. 218 - Os programas de amparo aos idoso a partir de 60 (sessenta) anos, reconhecidamente, abrangerão assistência ocupacional, alimentar, habitacional, médico-odontológico e hospitalar.

TÍTULO VII

Atos das Disposições Finais Transitórias

Art. 219 - O Prefeito, O presidente da Câmara e os Vereadores, na data da promulgação desta Lei Orgânica, prestarão o compromisso de mantê-la e cumpri-la.

Art. 220 - Será obrigatória a existência de Bandeira do Município, do Estado e da República Federativa do Brasil, em todas as repartições Públicas municipais e nas escolas do Município.

Art. 221 - É atribuição da Câmara municipal a autorga de denominação de ruas, avenidas, praças, logradouros, estabelecimentos públicos, monumentos, título de cidadania e comendas.

Parágrafo Único - As atribuições exclusivas da Câmara municipal, de que trata este artigo no que tange às artérias públicas, estabelecimentos públicos e monumentos, não poderão ter nomes de pessoas vivas ou lembrar datas ou fatos de exaltação bélica e ainda, não poderão um e outro, ter a mesma denominação.

Art. 222 - Ficam considerados os seguintes feriados municipais: 03 (três) de fevereiro (Festa da Padroeira N. Sra. de Soledade); Dia 01 (hum) de outubro (Emancipação Política do Município); Dia 22 (vinte e dois) de Agosto (Dia do Folclore Municipal).

Art. 223 - São considerado estáveis os servidores municipais, oriundos do Município do Carpina, lotados neste município quando ainda Distrito, à data de sua Emancipação Política, exceto os nomeados para cargo em Comissão ou admitidos para função de confiança.

Art. 224 - Será da competência do Município, a fundação de Cooperativas, para estímulo à produção de artesanato (tapeçaria) e as tradições culturais e folclóricas da cidade.

Art. 225 - Dentro de 12 (Doze) meses e a partir da data da promulgação desta Lei Orgânica, o Município deverá implantar os Conselhos Municipais mencionados no Artigo 165 (cento e sessenta e cinco), desta Lei Orgânica.

Art. 226 - A revisão desta Lei Orgânica Municipal deverá ser realizada no mínimo 12 (doze) meses após a data de sua promulgação.

Art. 227 - O Município deve a partir de 90 (noventa) dias a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica, promover gestões mediante acordo para a redemarcação de suas linhas divisórias.

Parágrafo Único - Caso o chefe do Executivo Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, não tomem as providências exigidas no "caput" do artigo anterior, o Plenário da Câmara deliberará sobre o assunto.

Art. 228 - É assegurado a todos, o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Art. 229 - Fica assegurado ao Cônjuge do vereador que vier a falecer no exercício do mandato, o recebimento do subsídio que o mesmo por direito caberia, até o término da Legislatura.

Art. 230 - Está Lei Orgânica, depois de assinada pelos vereadores, será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal Constituinte, e entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL de Lagoa do Carro,
em 22 de Maio de 1993.

MARIA LUIZA FALCÃO DE ANDRADE
- PRESIDENTE -

CÍCERO ANTONIO DA SILVA
(1° Secretário)

ADELSON BARBOSA DO REGO
(2° Secretário)

ALMIR MACHADO DE AMORIM
- Vereador -

ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA
- Vereador -

CREUSA MARIA BOTÊLHO
- Vereadora -

JOSÉ BARBOSA DA CRUZ
- Vereador -

JOSÉ CORREIA DE MELO NETO
- Vereador -

VALDECIR JOSÉ DA SILVA
- Vereador -

HINO DE LAGOA DO CARRO

Autor: Severino José Tavares do Amaral

Teu Passado de História tão linda.
A um mundo de sonhos nos leva.
Pois saindo do meio da selva,
Verdes campos ostentas ainda.

CORO

Ò Lagoa do Carro querida,
Sou teu filho e te amo profundo.
Es a terra mais bela do mundo,
E por ti em darei minha vida.

Ao nascer já os braços abria,
Para o Luso e também o cativo.
E ao Índio que era nativo,
Terras, águas e matas cedias.

Da liberdade a conquista fizeste,
E o futuro te vê sorridente.
Assim marchas ativa em frente,
Sob o céu do Brasil no Nordeste.

Aqui vimos teus filhos diletos,
Irmanados num só pensamento,
Te fazer fiel juramento,
De amar-te com todo o afeto.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
Casa Legislativa Dr. Eurico Gonçalves Guerra

" O Povo de Lagoa do Carro não é somente um Povo bravo e guerreiro, mas, acima de tudo, um Povo que nos embates políticos de sua História, lutou e construiu em cada pedaço de chão, a sua liberdade. "

Almir Machado de Amorim
- Presidente da Câmara -1995/96

"A política separa as pessoas, porém, das boas ações, permanecem sempre as lembranças."

Maria Luiza F. de Andrade
- Presidenta da Câmara 1993/94